



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

ELIZETE ALVARENGA PEREIRA

**METENDO A MÃO NA MASSA: UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
EM IMBARIÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau Mestre. Área de Concentração: Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Santos Freitas

**NITERÓI
2007**

ELIZETE ALVARENGA PEREIRA

**METENDO A MÃO NA MASSA: UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
EM IMBARIÊ**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau Mestre. Área de Concentração: Política Social.

Aprovada em novembro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas – Orientadora
Universidade Federal Fluminense - UFF**

**Prof.^a Dr.^a Andréa Lopes da Costa Vieira – Examinadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ /UNIGRANRIO**

**Prof.^a Dr.^a Mônica de Castro Maia Senna – Examinadora
Universidade Federal Fluminense - UFF**

**NITERÓI
2007**

**Para Deus, minha fonte de inspiração.
Para minha mãe (in memoriam), meu exemplo.
Para meu pai, D.Jacyra, irmãos, meu combustível.**

AGRADECIMENTOS

A Deus por renovar minhas energias durante o período de realização das disciplinas e elaboração da dissertação e por proporcionar a realização de mais um sonho. Deus, tu és incomparável!

Ao meu pai, D. Jacyra e D. Julieta pela compreensão nos momentos em que estive ausente, mas tenho a plena certeza que estava presente em suas orações.

Aos meus irmãos e grandes amigos Edivaldo, Eliete, Elisabete, Natanael, Ana e Emanuel que compreenderam os momentos de estresse, a ausência nos momentos em família. Obrigada pelo incentivo e por acreditarem no meu potencial.

Aos meus cunhados Andréa, Gilmar, Isaias e Mônica, bem como os sobrinhos André Luiz, Daniele, Lucas, Natã, Renan e Monique pelo carinho e incentivo.

Aos amigos Aline, Cláudio, Cristiane, Danielle, Lena, Marcelo, Márcia Clem e tia Néia por emprestarem seus ouvidos nos momentos de angústia. Vocês vibraram a cada conquista e estiveram presentes para recarregar as baterias.

À amiga e orientadora de graduação prof.^a Ana Garcia que incentivou minha inserção no mestrado e disponibilizou seus livros que muito contribuíram para esta produção acadêmica, bem como foi incansável na leitura dos textos e conselheira indispensável nos momentos de crise.

À prof.^a Rita de Freitas que aceitou o desafio de orientar esta dissertação, investiu na minha capacitação na área de gênero, acreditou no meu potencial e foi sensível ao compreender os percalços desta caminhada.

Às Prof.^{as} Andréa Lopes e Mônica Senna por aceitarem o convite para compor a banca e pelas considerações/críticas tecidas no exame de qualificação, essenciais para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos professores do mestrado Iolanda Oliveira, João Bosco, Lenaura Lobato, Mônica Senna e Rita Freitas que contribuíram para minha formação acadêmica e as secretárias da pós-graduação Lúcia e Skell pela disponibilidade.

Às companheiras do CEDAC Adriana Bezerra e Angelina Oliveira por disponibilizar seus livros, à Terezinha e Loïc pela paciência nas aulas de francês e Andréa Lemaitre pelo carinho e indicação de bibliografia.

Às mulheres do grupo Oficina do Pão que contribuíram para esta pesquisa e me ensinaram a aprender a ser pesquisadora.

Aos companheiros e amigos de mestrado Robson, Sandra e Tatiana por compartilharem as angústias e os momentos bons desse processo árduo, mas com gosto de vitória.

Às companheiras de trabalho e amigas Andréa e Fátima pelas orações e palavras de conforto nos momentos difíceis desta caminhada.

À diretora da Escola de Serviço Social da Unigranrio Marina Amoedo por ter antecipado minhas férias para que pudesse ter maior dedicação à pesquisa exploratória.

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para que o sonho do mestrado se tornasse uma realidade. *“Sonho, quem nunca teve um sonho pra sonhar...” (Sérgio Lopes).*

EPÍGRAFE

A princípio, há de se plantar a árvore. / Sulcar a terra, adubar, regar, vê-la crescer, mimar. / Do córtex, saber sua textura. / Auscultar a fotossíntese pelos dedos. / Mirar a rama. Beber do orvalho.

A princípio, há de se perceber as ondas. / Colher as cores nas espumas, na areia, na salsugem. / Deixar que o vento pinte de aquarela as velas pandas / com as asas da gaivota.

A princípio, há de se juntar a árvore ao mar. / O trigo ao sal. / Fazer o pão. / Da simplicidade do pão não se afastar. / Fartar-se do simples, por única matéria do refino.

Refinar o que é simples é saber fazer o pão. / A poesia, pão dos eleitos, antes elege o seu feitor. / E, feita a massa, busca-se a fornalha do poema.

E o poema, só então, se anuncia.

*A anunciação do poema
(Antoniél Campos)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Surgimento do tema	10
As Entrevistas	14
CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONHECENDO O TEMA	20
1.1. Economia Solidária – Uma prática associativista?	20
1.2. Ou uma estratégia da burguesia?	26
1.3. Economia Solidária, Sociedade Brasileira e Redes Sociais: reflexões	31
1.4. Economia solidária no Brasil: a situação atual	40
CAPÍTULO 2 – O GRUPO OFICINA DO PÃO	49
2.1. Gênero, História do Tempo Presente e História das Mulheres	51
2.2. A Pesquisa	63
Mulheres da Oficina do Pão – Construindo seu Perfil	63
Colocando a Mão na Massa - Economia Solidária, Gênero e Mulheres	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	
Anexo I: Roteiro da Entrevista e do Grupo Focal	
Anexo II: Consentimento Informado	
Anexo III: Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	
Anexo IV: Folder Grupo Oficina do Pão	
Anexo V: Folder CEDAC	
Anexos VI: Folder CD Vida	
Fotos	

LISTAS DE TABELA E FIGURAS

1. Participantes dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil	38
2 .Diferença entre economia capitalista e economia solidária	39
3. Projetos de moeda social	45
4. Mapa da Economia Solidária no Brasil	46

RESUMO

Essa dissertação objetivou analisar o impacto das práticas de economia solidária na vida das mulheres que formam o grupo Oficina do Pão. Nosso interesse foi verificar se a economia solidária contribui de forma significativa ou não para composição da renda familiar e para alterações no papel de gênero. Assim, essa dissertação apresenta a experiência de organização de um grupo de mulheres moradoras de Imbariê na cidade de Duque de Caxias/RJ que decide atuar na área de geração de trabalho e renda. A partir dessa experiência, passaram a ter contato e adotar os princípios da economia solidária em suas práticas. As principais questões abordadas referem-se à preparação do solo para o surgimento da economia solidária; o desenvolvimento da economia solidária no Brasil; a importância dos movimentos de mulheres na desconstrução de papéis socialmente construídos e na luta por direitos; a atuação do movimento de economia solidária através de fóruns, e redes para incidir na elaboração de políticas públicas que contemplem os empreendimentos econômicos solidários e a análise das falas dessas mulheres. A história oral foi a metodologia utilizada para a realização das entrevistas e de grupo focal.

Palavras-Chave: Gênero, Mulheres, Economia Solidária, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

ABSTRACT

This essay objectified to analyze the impact of the practical ones of solidary economy in the life of the women who form the group “Oficina do Pão”. Our interest was to verify if the solidary economy contributes of significant form or composition of the familiar income does not stop and for alterations in the sort paper. Thus, this essay presents the experience of organization of a group of living women of Imbariê in the city of Duque de Caxias/RJ that decides to act in the area of generation of work and income. To leave of this experience, they had started to have contact and to adopt the practical principles of the solidary economy in its. The main boarded questions mention the preparation to it of the ground for the sprouting of the solidary economy; the development of the solidary economy in Brazil; the importance of the movements of women in the desconstrução of papers socially constructed and in the fight for rights; the performance of the movement of solidary economy through fóruns, and nets to happen in the elaboration of public politics that contemplate the solidary economic enterprises and the analysis of you say them of these women. Verbal history was the methodology used for the accomplishment of the interviews and focal group.

Key-words: Sort, Women, Solidary Economy, Social Movements and Public Politics

INTRODUÇÃO

SURGIMENTO DO TEMA

Nossa trajetória como pesquisadora teve início em 2002 por ocasião do esforço empreendido para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Serviço Social, a partir da experiência de estágio no “Programa Educação e Cidadania” do Centro de Ação Comunitária – CEDAC. O TCC teve como tema “A contribuição do Comitê Rio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, na democratização do processo de elaboração do Plano Estadual de Educação” e, a partir da recomendação da banca examinadora iniciamos a pesquisa pelos cursos de pós-graduação oferecidos pelas universidades do Rio de Janeiro.

A tão sonhada inserção no Mestrado tornou-se realidade em 2005/2 quando da nossa aprovação no processo seletivo do Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Durante um ano cursamos as disciplinas obrigatórias “Estado, Sociedade e Cidadania”; “Formulação e Avaliação de Políticas Sociais”; “Cultura, Subjetividade e Identidades Contemporâneas”; “Proteção Social no Brasil”. Cursamos, ainda, as disciplinas optativas: “Tópicos Especiais Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação: População Negra e Educação” e “Tópicos Especiais em Serviço Social: Descentralização, Poder Local e Políticas Públicas”. No Estágio Docente na disciplina “Tópicos Especiais em Serviço Social: Pesquisa, História Oral e Registro em Serviço Social”, pudemos discutir aspectos de metodologias de pesquisa, bem como exercitar a experiência docente.

A participação no Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referências Documentais (NPHPS/CRD), coordenado pela professora Rita de Cássia Freitas contribuiu para aprofundar as reflexões metodológicas no âmbito da história oral – especialmente as discussões efetivadas no Projeto “Niterói – Cidade das Mulheres¹”. Essa dissertação não pode ser vista como resultante desse projeto, mas se aproveitou de algumas de suas reflexões e bibliografias.

O interesse pela temática “trabalho” se deu logo no início de nossa caminhada como pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Política Social quando elaboramos o projeto de pesquisa “A atuação das Comissões Municipais de Emprego e seu reatamento na proposição de políticas públicas de emprego e renda”. Este tema resultou de nossa inserção como funcionária da Organização Não Governamental Centro de Ação Comunitária – CEDAC que tem larga experiência com formação e assessoria a grupos de produção comunitária e assessoria e capacitação de gestores públicos na elaboração de planejamento estratégico e implementação de políticas públicas.

No período de 1999 a 2001 o CEDAC realizou em parceria com a Secretaria Estadual de Trabalho e Renda – SETRAB o curso capacitação de conselheiros das Comissões Municipais de Emprego e Renda do Estado do Rio de Janeiro. No final de 2005 reunimos material sobre as comissões e entramos em contato com a SETRAB a fim de expor nosso interesse pelo assunto e pedir o contato atualizado das comissões municipais. Após várias tentativas sem sucesso, tivemos a informação que as comissões do Rio de Janeiro não estavam funcionando, o que resultou em minha desistência por este tema específico.

A experiência em cursar a disciplina “Cultura, subjetividade e identidade contemporânea”, bem como a proximidade com o grupo de produção Oficina do Pão através do CEDAC aguçou nosso interesse em dar continuidade à pesquisa sobre o tema trabalho, mas tendo como foco a experiência deste grupo com a chamada economia solidária, privilegiando uma análise a partir da perspectiva de gênero.

É importante destacar, ainda que de forma introdutória, pois essas questões serão melhor definidas no desenvolvimento da dissertação o que entendemos por gênero e economia solidária. Falar em gênero significa falar de um conceito fundamental para pensar as relações – hierarquizadas e relacionais– estabelecidas

¹ Deve-se ressaltar que esse projeto conta com apoio da FAPERJ.

historicamente entre homens e mulheres. É, nas palavras de Joan Scott, em texto seminal para o desenvolvimento dessas discussões – um conceito de análise que nos possibilita entender, de forma relacional, as relações (sociais) que atravessam o cotidiano de homens e mulheres. É um conceito que possui também um potencial dada a característica de transversalidade que o caracteriza e que, portanto, permite o diálogo com infinitas outras variáveis, como geração, classe, etnia.

Por economia solidária deve-se entender (também de forma introdutória, pois vamos aprofundar esses conceitos depois) um fenômeno social que aponta como princípios valores como a não exploração da força de trabalho, a auto-gestão, a solidariedade e o consumo crítico. Enquanto fenômeno social, devemos entendê-lo da forma mais global possível, o que significa abertura para tentar captar suas potencialidades e limites, bem como as contradições que o caracterizam. Trata-se de um tema que possui a adesão de vários grupos sociais e de diferentes extratos de classe (de produção, cooperativas, associações, organizações não-governamentais, universidades, etc.). Pode-se supor a economia solidária enquanto um mecanismo possível, congregando esforços da sociedade civil e poder público para o enfrentamento de questões como a exploração, o desemprego, a desigualdade social. Contudo, suas faces são múltiplas. Aqui o que nos interessa é ver até que ponto a vivência dessa experiência por um grupo de mulheres contribuiu ou não para transformações em suas vidas, tanto no que diz respeito a dimensão econômica, mas também de empoderamento pessoal e de mudanças em suas visões de gênero.

Tendo em vista que este tema tem sido alvo de discussões em seminários e congressos, nacionais e internacionais, Fórum Social Mundial, bem como alvo de produção de diversos autores, consideramos que essa discussão possa ser de grande relevância para a nossa sociedade que tem presenciado a luta de movimentos sociais pela valorização da mulher no espaço público. Assim, essa dissertação tem como título “Metendo a mão na massa: uma experiência de economia solidária em Imbariê” cujo objetivo é analisar a trajetória de mulheres membros do grupo Oficina do Pão e verificar se a economia solidária contribui de forma significativa ou não para composição da renda familiar e para alterações no papel de gênero.

Antes de fazer uma discussão propriamente dita sobre o desenvolvimento da economia solidária no Brasil achamos interessante retomar a obra clássica de

Mauss “O ensaio sobre a dádiva” que traz uma reflexão sobre as relações de troca em sociedades primitivas e que acreditamos ser importante para compreender essas práticas que estamos analisando.

A noção de dádiva nas sociedades estudadas por Mauss está relacionada à obrigação de retribuir bens, atitudes, doações, ao donatário por fazer parte de sua natureza, de sua essência. Os clãs da Polinésia retratam a idéia de permutação em suas transações valorizando a obrigação entre seus membros de conceder e receber benefício, e a omissão ou rejeição tornava-se bom motivo para declarar uma guerra, bem como impedir relações amistosas no seio dos clãs.

Outra noção de troca tem relação com a teoria do sacrifício aos espíritos dos mortos e aos deuses por serem considerados os verdadeiros proprietários dos bens do mundo. Percebe-se um interesse por traz desta atitude pela crença de que é preciso ‘comprar’ os deuses, pois eles sabem retribuir o preço das coisas.

A teoria da esmola apresenta-se como outro meio de negociar com os mortos e deuses determinada graça que se almeja alcançar através de presentes concedidos aos pobres, aos necessitados. “A esmola é o fruto de uma noção moral da dádiva e da fortuna, por um lado, e de uma noção de sacrifício, por outro” (MAUSS, 1974, p.66).

As dádivas instituíram uma obrigação por parte do beneficiário no que se refere a ter responsabilidade em retribuir no futuro o bem que recebeu de seu donatário. O dar, o receber e o retribuir são três obrigações identificadas por Mauss na discussão que levanta sobre a dádiva nas sociedades primitivas.

A obrigação de dar é considerada essência da dádiva e o chefe tem o dever de conceder um benefício em seu nome, em nome de sua família, bem como em nome de seus mortos. A única forma de manter autoridade sobre a família, tribo e entre os chefes era através da exposição do que possuía, ou seja, de sua fortuna “gastando-a, distribuindo-a, humilhando os demais e pondo-os na sombra de seu próprio nome” (MAUSS, 1974, p.105).

Com relação a obrigatoriedade de receber uma dádiva Mauss destaca que sua recusa denota medo de ter que retribuir o bem recebido. É na verdade, “temer ser ‘achatado’ na medida em que se retribui. É perder o peso do próprio nome; é confessar-se vencido de antemão” (Mauss, 1974, p.110). A exceção para a recusa de uma dádiva era possuir uma posição reconhecida na hierarquia ou sucesso em dádivas anteriores. Neste caso, “segue-se uma série de formalidades que marcam o

desafio e comprometem o chefe que recusou a dar ele próprio uma outra *dádiva* (grifo nosso), uma outra festa de gorduras” (MAUSS, 1974, p.110).

A última obrigação é a de retribuir o bem recebido através de juros acrescidos a uma dádiva, atitude considerada como retribuição com dignidade. “As trocas são em geral de 30 a 100 por ano. Mesmo que por um serviço prestado um súdito receba um cobertor do chefe, ele devolverá dois por ocasião de um casamento na família do chefe, da entronização do filho do chefe, etc.” (MAUSS, 1974, p.112) A pena para o indivíduo que não tem como retribuir um empréstimo ou uma dádiva concedida era a perda de sua posição, até mesmo a condição de homem livre.

As sociedades estudadas por Mauss refletiam a forma arcaica de troca ou dádivas vinculadas à noção de reconhecimento do bem recebido através da obrigação em retribuir, muitas vezes em proporção dobrada. A atitude de dar, de exercer a dádiva tem característica diferenciada nas sociedades contemporâneas no que diz respeito a obrigatoriedade, pois não há regras determinadas para este tipo de relacionamento entre as pessoas.

Mauss invoca que os ricos destas sociedades tenham ‘sensibilidade e generosidade nas suas transações, exerçam a solidariedade e apela para que retornem às práticas de ‘despesa nobre’. Aponta para a necessidade de haver maior preocupação com o indivíduo no sentido holístico tendo em vista o interesse comum.

AS ENTREVISTAS

Começamos nossa pesquisa procurando recolher uma bibliografia referente a essa temática. Basicamente nosso olhar se voltou para discutir economia solidária, gênero e empoderamento, tendo a história oral como uma metodologia fundamental para nos aproximarmos dessas mulheres, de suas histórias e experiências.

O resultado dessa pesquisa inicial foi o levantamento feito para elaborar o primeiro capítulo (discutido em nossa qualificação) e o esforço para reunir autores clássicos e contemporâneos de modo a dar consistência teórica à discussão da economia solidária. Após definir a temática a ser abordada na dissertação, fizemos também um primeiro contato com uma das componentes do grupo de produção Oficina do Pão em outubro de 2006 a fim de apresentar a proposta da pesquisa. Em

20 de novembro do mesmo ano agendamos o primeiro contato – ainda grupal – com as cinco componentes do grupo. Este encontro foi muito proveitoso e teve como objetivo conhecer a história do grupo.

O trabalho de campo é um elemento fundamental para embasar o pesquisador em sua produção teórica. Para dar conta da investigação no campo realizamos um roteiro de observação. Outra técnica utilizada foi a realização de entrevistas semi-estruturadas com cada membro do grupo. Para isso, recorrer à história oral foi muito importante. A relação entre a história das mulheres e a história oral é amplamente conhecida, afinal, é pela oralidade que podemos nos aproximar desses sujeitos, costumeiramente silenciados pela história². A história do tempo presente não poderia ter a relevância que tem se não contasse com essa estratégia metodológica.

Paralelamente, construímos um grupo focal que discutiu questões como gênero, solidariedade, participação e políticas públicas voltadas para a economia solidária. Conforme Gaskell “o objetivo do grupo focal é estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem” (Gaskell, 2002 p.75), sendo importante complemento para as entrevistas individuais – o que não significa abrir mão desse momento. Compreendemos que o grupo focal é um instrumento que o pesquisador pode se valer para aprofundar ainda mais as entrevistas individuais.

Antes de prosseguirmos, é importante conhecermos um pouco da história dessas mulheres. Nesse sentido, é bom destacar que a história do grupo de produção Oficina do Pão está muito interligada com a história do Bairro de Imbariê³

² Vale a pena uma nota aqui que aponte uma bibliografia mínima para se aproximar dessa temática específica. A exemplo temos: FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. “As entrevistas” (Capítulo 3), *Mulheres, militância e memória*, Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1996. PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): memória política, luto e senso comum”, *Usos & Abusos da História oral*, (org.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína), Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*, Rio de Janeiro: Rocco. GOLDENBERG, Mirian. “A conversão do pesquisador”, *De perto ninguém é normal*, São Paulo: Record ed., 2004, p. 13-31. TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. “Arquivos: propostas metodológicas”, *Usos & Abusos da História oral*, (org.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína), Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. VOLÓMAN, Daniele. “A invenção do depoimento oral”, *Usos & Abusos da História oral*, (org.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína), Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos – Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, *Revista Tempo*, n 2, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, dez/1996. POLLAK, Michael (1989). “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, vol. 2, n 3, Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais. BOURDIEU, Pierre. “Compreender”, *A Miséria do Mundo*, Petrópolis: Vozes, 1988. BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, *Usos & abusos da história oral*, (org.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.), Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

³ Imbariê possui uma população de 110 mil habitantes com algumas características sociais e econômicas que não se diferenciam de bairros pobres do Rio de Janeiro. A renda das pessoas

localizado no 3º distrito do município de Duque de Caxias na Baixada Fluminense. Todas cinco componentes do grupo são moradoras deste bairro e possuem algumas características comuns que as unem, tais como, certa relação de parentesco, militância política no sentido de estarem envolvidas com as questões do bairro através da Associação de Moradores e Igreja Católica, bem como uma relação de amizade e confiança que é base de sustentação do grupo.

A idéia da formação de um grupo nasce através da preocupação de algumas mulheres pobres, moradoras do bairro que não tiveram oportunidade de estudar e estavam insatisfeitas com a situação de violência em sua localidade, bem como preocupadas com a educação de seus filhos. Estas mulheres tinham grande interesse em mudar suas realidades e de suas famílias através de alternativas que pudessem proporcionar qualidade de vida. Foi então que Siomara, Iara, Helena, e Luzia⁴ decidiram em 2000 participar de um grupo de formação no Centro de Defesa da Vida (CD Vida), instituição ligada à Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti que trabalha com mulheres vítimas de violência doméstica. O CD Vida realiza um trabalho interdisciplinar com advogado, assistente social e psicólogo e tem por finalidade dar apoio psico-social e sócio-jurídico às mulheres vítimas de violência que procuram esta entidade.

Foi a partir da iniciativa dessas mulheres que as demais mulheres, vítimas de violência doméstica ou não, se interessaram em participar do processo de formação promovido pelo CD Vida. Na verdade, mulheres que não são vítimas de violência doméstica são vítimas da violência social tão presente em nossa sociedade através da discriminação contra a mulher, a má distribuição de renda, a precariedade no investimento em políticas públicas, entre outros fatores.

O grupo de formação discutia questões como a auto-estima das mulheres, a valorização da mulher no mercado de trabalho, a saúde da mulher, entre outras temáticas. Algumas mulheres tiveram que se afastar do grupo por conta das dificuldades financeiras enfrentadas por suas famílias para trabalhar como faxineiras

que trabalham na localidade é precário, por isso muitas pessoas se deslocam para o centro de Duque de Caxias ou para o centro do RJ a fim de obterem melhores condições de trabalho e renda. A população é privilegiada pelo contato direto com a natureza, mas fica a mercê da precariedade nas áreas de transporte, saúde, educação, segurança e saneamento básico. As informações sobre Imbariê foram obtidas a partir da pesquisa das alunas Breno Dias, Elisa Correa, Lys Maria e Vivian Castro para a disciplina Organização das Cidades no Brasil, ministrada pelo prof. Gil Vicente do curso de Serviço Social da Unigranrio, 2004.

⁴ Estas mulheres, estão no rol das que iniciaram no grupo de formação composto por 25 mulheres, mas não deram continuidade ao processo devido a problemas de ordem familiar e/ou financeira.

no Rio de Janeiro, outras se afastaram por questões de saúde e outro grupo teve que se afastar porque enfrentou problemas com seus maridos que não concordavam ou impediam a participação no grupo de formação.

Estes problemas, comuns no cotidiano dos movimentos sociais – especialmente quando se trata de uma organização envolvendo mulheres – contribuíram para uma redução das componentes do grupo que ficou com 25 mulheres (embora tenha chegado a contar com aproximadamente 30 mulheres) e o processo de formação que durou cerca de um ano e meio contribuiu para que estas tivessem uma identificação muito grande com a geração de trabalho e renda. Para a realização deste trabalho, o CD Vida buscou assessoria junto ao CEDAC (Centro de Ação Comunitária) – ONG que trabalha desde 1979 com educação popular e se especializou em geração de renda.

Quando o grupo decidiu que iria se especializar em geração de renda houve uma oficina com uma profissional do CEDAC da área de marketing com o objetivo de trabalhar a descoberta de habilidades/talentos de cada mulher. Foi nesse momento que se deu o “encontro” entre o CEDAC e esse grupo. O grupo composto por 25 mulheres dividiu-se em três sub-grupos de produção e através de um processo bastante democrático cada componente teve a oportunidade de sugerir e escolher os nomes dos grupos com os quais se identificavam. Os grupos criados foram: **Criatividade**, grupo de produção de brinquedos pedagógicos e enxoval de bebê; **Iluminarte**, produção de velas artesanais⁵; **Oficina do Pão**, grupo de produção de pães artesanais⁶. Esta divisão, segundo os relatos, foi muito difícil para as mulheres porque tinham criado um vínculo entre si, mas um momento necessário para que elas pudessem caminhar no sentido de estar realizando o sonho de garantir o sustento de seus filhos, bem como um meio para complementar a renda familiar.

Assim, são cinco as protagonistas dessa história. Seus nomes fictícios são: Josefina, Anette, Dominique, Michele e Sônia. Em nossos primeiros encontros, buscamos resgatar a história do Grupo Oficina do Pão. Utilizamos também para esse resgate histórico o DVD produzido pelo CEDAC com o título “Pão & Casa” que

⁵ Os grupo Criatividade e Iluminarte funcionaram durante algum tempo e foram extintos.

⁶ Não é nosso interesse discutir essa questão agora, mas pode-se perceber que são cursos marcados por um viés de gênero visto que as opções estão relacionadas à atividades consideradas tipicamente femininas.

relata a experiência de dois grupos: o grupo Oficina do Pão – constituído por mulheres e o grupo de construção civil “Constrói Fácil”- constituído por homens.

Buscamos também, a partir das entrevistas traçar o perfil dessas mulheres e, junto à experiência do grupo focal, estabelecemos algumas reflexões sobre os significados e impactos dessa experiência em suas vidas e em seus cotidianos de gênero. Destacamos o importante trabalho que vem sendo realizado pelas redes de colaboração solidária na promoção de ações que visam resgatar a cidadania e proporcionar qualidade de vida aos seus beneficiários. O grande desafio para a nossa pesquisa é compreender como esse fenômeno social se faz presente na dinâmica desse grupo.

A dissertação está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, **Economia Solidária - conhecendo o tema**, introduzimos a discussão acerca da temática em questão (economia solidária). Buscamos conhecer sua história e os diferentes atores e interesses que perpassam essa estratégia. Assim, estabelecemos dois “olhares” possíveis de se pensar a economia solidária: enquanto uma tática da burguesia ou do associativismo operário. Para alcançar esse objetivo, fazemos uma abordagem sobre o contexto europeu que preparou o solo para o surgimento da economia solidária, a experiência de proteção social desenvolvida pelo empresariado brasileiro e como contemporaneamente, as redes sociais podem ser importantes formas de desenvolver a solidariedade a nível nacional e internacional. Terminamos com uma pequena reflexão de como esse fenômeno se encontra hoje, em nosso país.

No segundo capítulo, **O grupo Oficina do Pão**, apresentamos a análise da experiência vivida por essas mulheres. Iniciamos o capítulo com uma discussão introdutória acerca da categoria gênero. Em seguida, voltamo-nos para suas falas. Situamos a história do grupo, seu desenvolvimento e vivências atuais. A partir disso, passamos à reflexão acerca dos efeitos desse processo em suas vidas.

Para concluir, consideramos importante destacar que entendemos que essas “saídas” para o mundo público – utilizando um termo de Michelle Perrot (1991) – têm contribuído para transformar o dia-a-dia dessas mulheres e alterar uma vivência de gênero. Participar dessas experiências de economia solidária pode trazer certo empoderamento para elas que se expressem em novas formas de relacionamento

entre elas, seus parceiros/parceiras e familiares e vizinhos. De alguma forma, são respostas a essas questões que essa dissertação buscou discutir⁷.

⁷ É importante refletir aqui que em relação ao Serviço Social, esta pesquisa tem a intenção de contribuir para um maior conhecimento sobre a temática, visto que esta pode ser uma área de interesse para a prática do Assistente Social. Porém, deve-se destacar que não encontramos uma variedade de produção na área, embora haja um canal de diálogo com autores do serviço social que já discutem o assunto, bem como aqueles que fazem duras críticas à economia solidária, mas essa dimensão não será tratada nessa dissertação.

CAPÍTULO 1. ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONHECENDO O TEMA

O presente capítulo discute a história e as características do que conhecemos como economia solidária, para isso, inicialmente nos debruçamos sobre a “preparação” do solo para o surgimento da economia solidária através do movimento liderado por Robert Owen, na Europa e Estados Unidos, e que promoveu a proteção social em suas fábricas e incentivou a prática do cooperativismo. Em seguida, nos debruçamos, a partir da experiência brasileira, no olhar e nas práticas construídas também pelo patronato. Em seguida, fazemos algumas reflexões sobre a história da economia solidária no Brasil e seu estado atual, bem como o papel das redes sociais nesse contexto.

Mas, afinal, o que é “economia solidária”? Esse conceito será melhor analisado na parte três desse capítulo. Por ora, achamos por bem partir do entendimento que as experiências de economia solidária possuem como objetivo o estabelecimento de formas coletivas de funcionamento da economia, onde a solidariedade e o trabalho em redes assumem um papel fundamental.

1.1 – Economia Solidária – uma prática associativista?

O pensamento associativista e prática cooperativa tiveram suas origens no século XIX e surgiram como forte alternativa ao individualismo liberal e ao socialismo centralizado. Santos (2002) faz interessante reflexão sobre esse assunto :

“Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil. (...). Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade” (SANTOS apud BIRCHALL, 2002, p. 33).

Estes valores apresentados estão diretamente ligados a princípios que de acordo com Soto (1996) norteiam o funcionamento de cooperativas espalhadas por todo o mundo:

“ la voluntariedad ingresar a formar parte de una cooperativa; el control democrático de la economía y administración cooperativa por parte de sus miembros; la distribución equitativa del excedente; la educación doctrinaria y calificada de sus miembros; cooperación intercooperativa, a fin de escalar posibilidades económicas e poder competir em el mercado donde se desarrollan, frente a los capitalistas o frente al Estado” (SOTO, p.158, 1996).

Singer (2002) aponta os operários como principais responsáveis pelo surgimento da economia solidária no início do capitalismo industrial, período caracterizado por pobreza e o alto nível de desemprego. Numa primeira aproximação ao tema economia solidária, vale resgatar sua origem histórica a partir do estudo realizado por Paul Singer – em seu livro “Introdução à Economia Solidária” – sobre experiências de economia solidária já no início do séc. XIX. Esse fato comprova que devemos entender a chamada economia solidária não como um fenômeno novo, recente, mas que nesse momento assiste-se a uma retomada de uma matriz de pensamentos – e práticas sociais – de uma longa duração histórica. Em nosso estudo, tomamos a sociedade capitalista como um momento de inflexão para o estudo desse fenômeno.

Segundo Singer, podemos apontar que o marco para o surgimento do que estamos chamando de economia solidária se deu pouco depois do capitalismo industrial como meio de sobrevivência de artesãos fortemente afetados pela expansão das máquinas e pela organização da produção no interior das fábricas. Os camponeses logo após serem expulsos das terras que cultivavam, transformaram-se

no proletariado moderno e a Grã-Bretanha tornou-se palco da Primeira Revolução Industrial.

“A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar”. (SINGER, 2002, p.24).

Apesar desta realidade – comum a todos os empresários – de desrespeito e violência a crianças e adultos trabalhadores, podemos perceber algumas práticas que apontam que essa violência não era tão incontrolável assim. O fato é que podemos apontar industriais que, sem abrir mão de seus lucros, se preocupam com as condições trabalhistas e de vida de seus empregados. O britânico Robert Owen (1771-1859) é um exemplo paradigmático de industrial que praticava a “responsabilidade social”, se é que podemos utilizar este termo para configurar uma atitude do início do séc. XIX. Owen decidiu reduzir a carga horária de seus trabalhadores, impediu que crianças trabalhassem em sua indústria e possibilitou a entrada das mesmas em escolas que ele mesmo financiou; decidiu esta que onerou a folha de pagamento, mas em contrapartida promoveu o bem-estar de seus funcionários, bem como de seus familiares. Vale ressaltar que o custo com o bem-estar reverteu-se em benefício para Owen porque houve um aumento na produtividade e a empresa tornou-se bastante lucrativa naquele período.

A Revolução Francesa trouxe uma crescente onda de guerras que se espalhou pela Europa e teve seu fim somente em 1815 com a vitória britânica sobre Napoleão. A guerra afetou profundamente a economia da Grã-Betanha, principalmente indústrias voltadas para a produção bélica. Robert Owen identificou que a depressão enfrentada por seu país “era causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos, navios, provisões e demais produtos necessários à condução da guerra”. (SINGER, 2002, p.25).

Owen, então, propôs ao governo britânico que revertesse os fundos de sustento aos pobres para compra de terras e construção de aldeias cooperativas; cada aldeia comportaria aproximadamente 1.200 pessoas para trabalhar na terra e também em indústrias, ou seja, as pessoas seriam produtoras de sua própria subsistência e o excedente poderia ser trocado entre demais aldeias. O governo

rejeitou a proposta e passou a não dar crédito às palavras de Owen. Segundo Singer, “quanto mais Owen explicava o seu plano, mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista” (2002, p.26).

Após ver sua proposta rejeitada pelo governo e, por conseguinte, a perda de apoio de antigos admiradores, partiu para os Estados Unidos da América a fim de implementar uma aldeia cooperativa⁸. Conforme havia planejado, ergueu a primeira aldeia em New Harmony no ano de 1825; a princípio, a proposta socialista de Owen não foi bem sucedida, pois a aldeia sofreu algumas divisões internas que contribuíram para que retornasse à Inglaterra em 1829. Os discípulos americanos difundiram suas idéias através da criação de diversas cooperativas que coincidiu com o forte movimento dos sindicatos.

Uma experiência mal sucedida foi a da comunidade fundada por Abram Combe que no início possibilitou exitosas experiências na área da educação e no que diz respeito ao trabalho, promoveu pagamento igualitário a todos cooperativados. “Infelizmente, em agosto de 1827 Combe faleceu e seu irmão e herdeiro despejou a comunidade para pagar as dívidas assumidas”. (SINGER, 2002, p.27)

A partir daí diversas cooperativas se formaram tais como, cooperativas de trocas, de imprensa, de construção civil, entre outras, e começaram a se espalhar por toda parte e incomodar os capitalistas da época. Outro fator que incomodava bastante os industriais era a greve que tinha como objetivo principal a substituição do trabalho assalariado pela autogestão.

“a autogestão se caracteriza como importante instrumento para o trabalho coletivo, não apenas para o processo de tomada de decisão, mas principalmente para o fortalecimento do sentimento de pertença de cada trabalhador/a no empreendimento solidário, através da transparência, da comunicação, da co-responsabilidade e interajuda” (OLIVEIRA, 2005, p. 160).

“Muitas sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 | do século XIX | eram desta espécie,

⁸ Pode-se imaginar que, de alguma forma, as idéias desenvolvidas por esse industrial transformaram-se em importante fonte de identidade para este, passando a ser uma “ideologia” que marcará para sempre sua história.

originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas dessas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria”. (COLE apud SINGER, 2002, p.29).

Percebemos aí uma forte ligação entre cooperativas e sindicatos num esforço muito grande para se libertar da exploração promovida pelas indústrias capitalistas e com intuito de criar sociedades mais eqüitativas, mais solidárias. Naquele período a exploração era tamanha que Castel destaca que “centenas de milhares de homens, de mulheres e de crianças seguramente passaram até 14 ou 16 horas por dia, por salários de miséria, totalmente entregues à arbitrariedade patronal e reduzidos à condição de máquinas de produzir lucro” (CASTEL, 1998, p.293).

É importante destacar que práticas que se aproximam do ideário da solidariedade estão costumeiramente presentes na cultura de nossa sociedade. No seio das cooperativas eram muito comuns os bazares de trocas que facilitavam o consumo e a troca de produtos com outras experiências. É importante ressaltar também o esquema da Bolsa Nacional de Trabalho Eqüitativo onde a troca era realizada com uma moeda própria, ou seja, as notas tinham como indicador o tempo que um trabalhador levava para produzir um determinado produto. As bolsas eqüitativas tiveram em alta por um bom período e a de Birmingham chegou a ter uma lucratividade tal a ponto de cobrir suas despesas, mas seu lucro foi doado a um hospital. Em 1834 a Bolsa encerrou suas atividades por conta da derrota sofrida pelos operários no conflito com empregadores.

Os sindicatos seguiam na luta contra o capitalismo com a ousadia de querer derrotá-lo a qualquer custo e transformar a indústria de construção numa grande cooperativa nacional. Owen assumiu a liderança dessa empreitada porque acreditava que os próprios trabalhadores poderiam reverter sua situação através do enfrentamento direto aos industriais da construção. Na verdade,

“O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs não à moda dos utópicos da época, mas ao movimento operário organizado que ainda estava lutando por seus direitos políticos” (SINGER, 2002, p. 33).

Outro movimento forte ocorreu após a promulgação do *Factory Act*⁹ que determinou uma legislação de proteção ao trabalhador fabril, mas recusou reduzir a carga horária de dez para oito horas diárias. Owen lidera novamente o movimento dos trabalhadores cuja bandeira de luta era a paralisação em massa após oito horas trabalhadas. Na obra “A outra economia” Singer afirma que “o experimento de Owen terminou quando o cooperativismo revolucionário, que ele liderou, entrou em colapso, juntamente com os sindicatos vitimados por *lock-outs* (greves patronais), em 1834” (SINGER, 2003, p. 118). Todos os operários ligados a sindicatos foram demitidos e só puderam retornar ao posto de trabalho após seu desligamento no sindicato.

A troca de mercadorias com o uso de moeda social ressurgiu em Vancouver no Canadá em 1980 com o nome de sistemas locais de emprego e comércio e em Bernal na Argentina na década de 1990 com a denominação de clube de trocas. Queremos destacar dois diferenciais que distingue experiências de Owen com as experiências recentes. O primeiro diferencial é que estas além de comercializarem produtos de cooperativas, comercializam produtos provenientes de pequenos produtores, prestadores de serviços autônomos, entre outros; o segundo é que as comunas se distinguem das atuais formas de economia solidária por privilegiarem simultaneamente a solidariedade na produção, no consumo, na poupança, e em todas as áreas da vida social – aldeias cooperativas.

Finalizamos esta primeira parte afirmando que o industrial Owen foi um ícone de sua época que inspirou ações semelhantes em diversos países e as experiências relatadas é uma constatação de que a origem da economia solidária se deu de forma ousada e revolucionária, e, também teve grande contribuição para seu ressurgimento em diversos países como ‘economia possível’. Assim, podemos perceber no interior dos processos de formatação da economia solidária, caminhos que a aproximam de práticas solidárias e associativistas que marcam historicamente a existência de nossas classes trabalhadoras.

Em nosso próximo item, nos voltamos para outra possibilidade de utilização desse fenômeno; ou seja, a partir do olhar e das práticas sociais da classe burguesa. Para isso, estudamos o exemplo de um empresário brasileiro, Jorge Street. Antes de prosseguirmos, contudo, queremos ressaltar que, ao destacar algumas figuras, não

⁹ Expressão em inglês que significa Ato de fábrica

estamos buscando personalizar nenhum fenômeno histórico. Tanto Owen quanto Street só podem ser entendidos a partir da “moldura” social onde se movem.

1.2 – Economia Solidária – Ou uma estratégia da burguesia?

No final do século XIX o parque industrial brasileiro era basicamente composto por indústrias têxteis que se concentravam em São Paulo e no Rio de Janeiro. O industrial Jorge Luis Gustavo Street foi um dos que se destacaram não por de incentivar o cooperativismo como o fez Owen, mas pela prática da proteção social desenvolvida em suas fábricas e seu entorno. Jorge Street era médico e a partir de 1896 passou a dedicar-se a indústria têxtil como proprietário de fábricas em São Paulo e Rio de Janeiro.

“Nas primeiras décadas do século publicou um grande número de artigos na imprensa em defesa da indústria nacional e de protecionismo alfandegário, ao mesmo tempo que tornava-se um pioneiro na adoção de medidas de assistência social em suas fábricas, como melhorias nas condições de higiene dos estabelecimentos, criação de creches e grupos escolares, construção de residências, ambulatórios, praças de lazer e outros benefícios”¹⁰

Em 1914 fixou residência em São Paulo e no ano seguinte incluiu em sua agenda a defesa das reivindicações dos operários junto ao patronato e concedeu aos funcionários de suas fábricas o que reivindicavam durante a greve. Segundo Teixeira, Street empregava a estratégia de “ceder e conquistar”, uma vez que “concede aumento aos seus operários antes que reivindiquem. Apoiando o direito de greve, se solidariza com os trabalhadores, esvaziando o movimento grevista em sua fábrica” (1990, pp.82-83). É bom não esquecermos que nesse momento o sistema de proteção social no Brasil estava engatinhando. As reivindicações dos trabalhadores eram encaradas, normalmente, como “caso de polícia” – tanto pelo poder público quanto pelo empresariado e a nossa aristocracia rural, então em decadência. As medidas de proteção social, sabiamente instituídas por Street, contribuíram para que os operários se tornassem seus “aliados”.

Na verdade a estratégia de Street foi duramente criticada pela imprensa operária acusando-o de ‘cínico e hipócrita’ quando se pronunciava, a favor do

¹⁰ Ver em biografia de Jorge Street – FGV/CPDOC. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 31 jan.2007.

trabalho infantil. De acordo com o jornal Plebe de 1927 “esse cavalheiro acaba de se desmascarar apresentando-se tal qual é: onde está o amor que esse tartufo vota ao operariado...onde está a sua abnegada liberdade e seu conhecido sentimentalismo pelo povo escravizado...todos os patrões são iguais” (TEIXEIRA, 1990, p. 97).

Sofreu muitas críticas também por parte dos demais empresários ao defender, por exemplo, em artigo do Jornal do Comércio benefícios como licença maternidade para gestantes trabalhadoras. Street reformou sua fábrica “Maria Zélia” com o objetivo de transformá-la em fábrica modelo, bem como concedeu férias remuneradas para os funcionários de suas fábricas. O fato é que a assistência implantada pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta possibilitava, também, intervir em questões como moradia para os operários, exercer um maior controle sobre os mesmos e garantir mão-de-obra qualificada para a indústria. A criação da Vila Operária Maria Zélia tinha como objetivo proporcionar aos trabalhadores uma proteção social - e possivelmente um controle sobre estes - tal que viesse ao encontro das mais variadas necessidades de seus moradores tais como:

“na educação, através da construção de escolas primárias e creches para os filhos dos operários; na saúde, mediante implantação de assistência médica; na religião, por meio de festas religiosas celebradas na Vila; no lazer, realizando promoções de bailes, passeios, jogos, teatro; e na moradia, com a construção de casas operárias.” (TEIXEIRA, 1990, p. 69-70)

Street acreditava que o reconhecimento dos sindicatos operários era resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo. Por isso, defendeu a implementação do contrato coletivo e sugeriu a criação de uma legislação trabalhista.

Nosso brilhante empresário foi, contudo, contrário as reivindicações dos trabalhadores para reduzir a jornada de trabalho para oito horas diárias, “advertiu sobre a emergência de problemas salariais caso a legislação das oito horas fosse aprovada, com sérias conseqüências para a ordem pública. Concluiu então pela conveniência de 56 horas semanais, por ser este o horário desejado pelos operários” (TEIXEIRA, 1990, p.114). Somente após ouvir a defesa do empresário Francisco Matarazzo sobre a compensação de prejuízos através do repasse do preço aos produtos que voltou atrás em sua opinião.

Jorge Street foi um dos fundadores do Centro Industrial do Estado de São Paulo (CIESP), compondo sua primeira diretoria em 1928 e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) onde também atuou como membro de sua primeira diretoria. Em 1929 foi obrigado a interromper sua carreira como industrial por conta de problemas financeiros que atingiu economias capitalistas como a brasileira¹¹. Em 1931, já no Governo Vargas, foi convidado a compor o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio contribuindo na criação de leis trabalhistas como a regularização dos sindicatos.

As ações realizadas pelo industrial Street – sem a preocupação com uma leitura muito personalista da história – apontam para uma preocupação do mesmo em relação ao bem estar de seus operários – e de seus negócios. As ações de proteção social realizadas por Street se relacionam em alguma medida ao que denomina-se hoje de “responsabilidade social” – que, dialeticamente pode ser entendida enquanto mecanismo de cooptação dos trabalhadores ou estratégias garantidas na luta para a melhoria das condições de vida da população.

Se nos anos 30 do século passado, ganha espaço no Brasil a construção de um aparato de proteção social, podemos ver que a “riqueza” desse período em termos de legislação e ações envolvendo políticas sociais e trabalhistas¹² vai passar por um período de refluxo. Em finais desse século, essa preocupação ganha dimensões mais amplas e vai percorrer o discurso do Estado e do empresariado. Na verdade, o “convite” a uma participação mais efetiva da sociedade civil junto ao Estado pode ser verificado na legislação social do período quando a família passa a ser a principal “parceira” do Estado na condução das políticas sociais. Igualmente, o empresariado, especialmente, desde a década de 90 vem se preocupando com práticas de proteção aos trabalhadores, a sociedade e ao planeta.

Dessa forma, uma terminologia criada na década de 1990, muito difundida na mídia e no meio empresarial, foi a de responsabilidade social. Denomina-se responsabilidade social as práticas desenvolvidas pelos empresários para compensar impactos ambientais, sociais, culturais, entre outros. Como afirma Góis (2004, p.82), “podemos chamar de Responsabilidade Social Empresarial – SER

¹¹ A crise de 1929 atingiu nossa economia e provocou sérias conseqüências como falências, desemprego, paralisações, redução de carga horária, entre outras.

¹² Que não cabe discutir aqui. Para maiores aprofundamentos, consultar Gomes (1979), Góis (sd), Freitas (1994) entre outros.

práticas sócio-assistenciais desenvolvidas por organizações sociais de diferentes portes em áreas como a educação, atenção a infância e adolescência, saúde, etc.”.

A década de 1990 foi marcada por transformações resultantes de uma economia globalizada que abalou estruturas capitalistas como a brasileira. De um lado, trabalhadores com pouco poder de intervenção se comparado aos trabalhadores das primeiras décadas do século XX; de outro, empresariado articulado em torno de seus interesses através de fundações/instituições como o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Instituto de Cidadania Empresarial, Fundação ABRINQ, entre outros.

A solidariedade tem sido difundida como estratégia para conter os problemas sociais, políticos e econômicos. Não podemos esquecer que a solidariedade ou a construção de práticas solidárias estão efetivamente vinculadas a concepções, interesses que nos são próximos. É difícil ser solidário com quem não conhecemos. No entanto, enquanto valor, a solidariedade possui um imenso “mercado”. O que tem acontecido é que, muitas vezes os trabalhadores abrem mão de exercer a solidariedade entre os membros de sua classe em nome da solidariedade com o empresariado como estratégia para não perder seu posto de trabalho. Conforme Gusmão:

“podemos pensar a solidariedade e sua lógica como elementos de hegemonia. Hoje esse valor se manifesta na relação capital trabalho, via pressão econômica sobre os trabalhadores ou consentem na renúncia de direitos, agindo de forma ‘solidária’ com os empresários, ou terão que enfrentar o fechamento das fábricas e o desemprego (2004, p. 99).

Na lógica dominante a pobreza e desigualdade social são vistas como um problema conjuntural, como fruto da globalização, da desvantagem entre as pessoas. A solidariedade na visão governamental era utilizada como um meio de promover a paz mundial e acabar com os conflitos ideológicos. Na cerimônia de seu primeiro mandato o então presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o povo brasileiro é solidário e deve utilizar esse sentimento para acabar com a fome e a miséria no Brasil.

A solidariedade é utilizada como um sentimento capaz de promover um esforço conjunto entre governo e sociedade. A unidade proposta entre Estado-governo-sociedade é aquela que pressupõe que o trabalhador “vista a camisa do

empresário, diante da ameaça de desemprego, e, que por sua vez, o empresário seja 'solidário' com a agenda neoliberal" (GUSMÃO, 2004, p. 107). A reforma do Estado influenciada pela ideologia neoliberal propôs um novo formato para as políticas sociais a fim de ajustá-las em políticas de parceria entre Estado-mercado-sociedade.

De acordo com Gusmão é preciso reconstruir a solidariedade entre os trabalhadores a partir de um projeto que rompa com "as fronteiras entre trabalhadores formais e informais, públicos e privados, urbanos e rurais, empregados e desempregados, na conquista da solidariedade entre e intra-classes subalternas" (GUSMÃO, 2004, p.110). Contudo, podemos nos perguntar de que solidariedade está se falando; afinal, pressupor que haja uma igualdade de valores e interesses entre "trabalhadores formais e informais, públicos e privados, urbanos e rurais, empregados e desempregados" é trabalhar em um alto grau de idealização que não consegue captar os processos onde os homens e mulheres, reais, vivem suas vidas.

No entanto, não podemos negar que a solidariedade enquanto uma idéia (que pode ser ampla e distante do dia-a-dia) é um valor que hoje aparece nos discursos, seja do Estado, do empresariado e mesmo dos órgãos representativos das classes trabalhadoras¹³. Podemos pensar que a economia solidária tenta resgatar a solidariedade entre os trabalhadores, semelhante ao projeto proposto por Gusmão.

Rosanvallon (1997) afirma que existe uma distância muito grande entre o individual e o coletivo e aponta como solução "aproximar a sociedade de si mesma" (p. 90), ou seja, promover ações que contribuam para a inserção dos indivíduos em redes que possibilitem o exercício da solidariedade.

"Quanto menos o indivíduo dispõe de tempo livre mais exigem do Estado e, ao mesmo tempo, mais consumidores são no mercado, não podem prestar mais serviços mútuos, ampliar suas atividades de vizinhança, efetuar todas as pequenas formas de solidariedade se não dispuserem de tempo" (ROSANVALLON, 1997, p.93).

¹³ Um conceito também difícil de definir. Utilizamos classes trabalhadoras aqui como a classe daquelas pessoas que vivem de seus trabalhos. Isso não significa atribuir a essa população nenhuma unidade de interesses e valores a priori. Antes, entendemos que esses valores vão sendo construídos historicamente através de articulações e da luta.

Um dos problemas relacionados à participação em redes de solidariedade é, exatamente, o pouco tempo que as pessoas dispõem para um envolvimento mais efetivo nos diversos espaços que lhes permitam exercer a solidariedade.

Ainda assim, a sociedade brasileira tem assistido a mobilização de diversos movimentos sociais, associações, grupos, atores de diferentes níveis sociais que integram redes de solidariedade na luta por direitos sociais, por melhores condições de sobrevivência, contra a discriminação, contra a violência, contra a corrupção, entre outras lutas.

A solidariedade é socialmente construída e ações de movimentos sociais ganham visibilidade no momento em que questões relevantes como a fome são colocadas em pauta e ganham a adesão da sociedade. A Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida promoveu em 1993 uma grande mobilização nacional reuniu mais de 6 milhões de pessoas para combater a fome no Brasil através dos Comitês Estaduais.

É importante destacar que nosso país tem uma experiência cultural muito enraizada em redes primárias de proteção social que em diversas situações se apresentam como único meio de sobrevivência de brasileiros vitimizados pelo desmonte de políticas redistributivas que compromete a proteção pela via estatal. A prática e a vivência em estratégias de rede caracterizam nossa história e isso é ainda mais real se pensarmos em nossas classes trabalhadoras, especialmente presente no cotidiano das mulheres e crianças pobres.

1.3 – Economia Solidária, Sociedade Brasileira e Redes Sociais: reflexões

Falar sobre economia solidária no Brasil é se remeter a práticas muito antigas de economia popular. Os fenômenos sociais são muito difíceis de serem identificados por conta de sua característica processual. Sendo assim, Lechat afirma que:

“os processos são demorados e o que nós chamamos de ‘novo recorre’, em geral, a fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado

momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas” (2002, p. 1)¹⁴

Foge ao escopo desse trabalho, mas não se pode perder de vista a história das práticas de proteção social existentes na sociedade brasileira e que demonstram o quanto a formação de redes sociais, de redes solidárias sempre ocuparam um lugar de destaque em nossa cultura. As redes sociais são formadas por um conjunto de atores que possuem algum tipo de vínculo ou afinidade política/ideológica. Elas estão inseridas no setor público e privado e dizem respeito a interação e relacionamento entre indivíduos e grupos. “Entende-se pela expressão ‘rede’ um arranjo organizacional composto por vários indivíduos ou instituições vinculados a um projeto específico” (COSTA, 2003, p.151).

As redes são as formas de organização dos movimentos sociais que se articulam independente do poder público. O conceito de rede não é novo e muitos autores como Mance têm utilizado para se referir a articulação de diversas unidades e também faz parte de nossa cultura essa associação entre as pessoas.

“Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidos por ele, permitindo-lhe expandir em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos” (SCHNORR, 2004, p.247).

Diante desta perspectiva as redes solidárias representam uma ótima estratégia para articular empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores, associações, sindicatos, ONGs, entre outras em prol do crescimento conjunto, auto-sustentável que se contrapõe à lógica capitalista. Uma visão unilateral das redes aponta que existem fraturas, pois redes podem prender, podem furar e nos deixar cair. Dentro das redes ainda existem relações de poder, pois estas constituem campos de disputa pelo poder e, portanto, campos de luta.

¹⁴ LECHAT, N.M.P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares em 20/03/2002.

Na década de 90, o Brasil adotou mais incisivamente as políticas neoliberais seguindo a receita de organismos internacionais. O acordo feito com o FMI em relação à dívida externa facilitou um maior investimento dos mercados financeiros internacionais no Brasil. O ajuste fiscal e as privatizações em grande escala contribuíram para a diminuição dos postos de trabalho e aumento do desemprego, que assume um caráter estrutural em nosso país a partir dos anos 80. Com todas estas transformações no mundo do trabalho, grande parte da população brasileira sobrevive às margens do mercado, numa economia de sobrevivência, ou seja, numa economia informal.

O termo “economia informal” foi criado na década de 1960 por ocasião do Programa Mundial da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e caracteriza-se como “atividades do tipo capitalista, porém fora da regularização institucionalizada, mera sombra da economia de mercado, imprescindível para sua reprodução” (LISBOA, 1999, p. 76). Vale ressaltar que a economia informal diz respeito a iniciativas individuais que não tem qualquer relação com tradições locais, bem como laços comunitários. Nesse sentido, Filho afirma que esta economia “representa uma espécie de simulacro das práticas mercantis oficiais, pois trata-se de reproduzir tais atividades mercantis e a lógica que as acompanha, porém sem adoção do registro legal, o que permitiria o acesso à direitos” (FILHO, 2006, p.59).

Um exemplo bem comum é a enorme quantidade de camelôs que contribuem para escoar mercadorias produzidas no Paraguai, China, possibilitando que grandes empresários não paguem impostos, bem como tenham despesas com contratação e direitos trabalhistas.

Nossa intenção aqui não é discorrer sobre economia informal, mas fazer distinção para compreender os fenômenos da economia popular e economia solidária em nosso país. De acordo com o Dicionário Aurélio, economia popular “é o conjunto de interesses econômicos do povo, sob a proteção jurídica do Estado”. Na verdade, este conceito vem sendo trabalhado de forma diferenciada por pesquisadores das ciências sociais prevalecendo o interesse dos trabalhadores.

Esta busca pela qualidade de vida possibilitou que a economia popular se apresentasse como uma alternativa das camadas desfavorecidas para se contrapor a exclusão imposta pelo capitalismo. ONGs, igrejas, universidades vem pautando suas práticas na promoção de alternativas econômicas a fim de combater a exclusão social sem deixar de lado o saber popular em matéria econômica. O conceito de

economia popular passou a ser utilizado como um projeto integrado aos movimentos sociais.

“A economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente (e sob diferentes modalidades de trabalho associado) pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos se estruturam, em geral, de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade tecidas no cotidiano de suas formas de vida (ou seja, nos próprios laços comunitários) os fundamentos para tais práticas” (LISBOA, 1999, p.58).

A economia popular possibilita a geração de trabalho e renda para os excluídos dos meios formais da economia ou para os que não querem se submeter aos ditames do mercado. É evidente que os níveis de rendimento ainda são limitados porque não garantem a sobrevivência dos grupos da economia popular. “O desafio da economia popular consiste na possibilidade de ultrapassar o plano da chamada reprodução simples das condições de vida, na direção de uma chamada reprodução ampliada” (LISBOA, 1999, p.58). A reprodução parte de um nível micro visando melhorar as condições de vida individuais para o macro com o objetivo de impactar as condições de vida das pessoas, como por exemplo, a melhoria na infraestrutura urbana.

Em torno da economia popular existe um campo diversificado e amplo de atividades que apesar das diferenças apresenta em sua essência o elemento de solidariedade. A exemplo, temos pequenas unidades produtivas, mutirão para construção/conservação de casas, formas associativas de produção de alimentos, vestuário, remédio, artesanato, agricultura familiar, entre outros.

Enfim, estudiosos, cientistas sociais, pesquisadores, dão um toque especial ao termo economia popular, acrescentando-lhe adjetivos conforme visão interpretativa da realidade. A economia popular tem relação com o que chamamos hoje de economia solidária e muitos autores preferem utilizar o termo economia popular e solidária.

As experiências de economia popular que têm como projeto político as formas coletivas de funcionamento e solidariedade são denominadas “economia popular de solidariedade ou economia popular solidária”. Razeto adverte que “nem toda economia popular é economia de solidariedade devido ao fato de que na primeira

nem sempre está presente o fator “C” (letra que, em muitos idiomas, é inicial de palavras como cooperação, comunidade, coletividade, colaboração)” (RAZETO, 2003, p.107).

A partir desta reflexão considera-se que Organizações Econômicas Populares, as chamadas OEPs pertencem ao setor da economia popular de solidariedade e são consideradas como pólo mais avançado da economia popular. A característica específica que faz com que uma economia popular seja considerada solidária, como o próprio nome diz, é ter a solidariedade como elemento imprescindível para a sobrevivência do grupo, associação – e aponta, em última instância, para a construção de novos padrões civilizacionais.

É com esta noção de interesse comum que nos propomos a discutir sobre a economia solidária no Brasil. No início do capítulo apresentamos um pouco das raízes históricas da economia solidária considerada por autores como Arruda, Singer, como essencial na discussão sobre esta temática. De acordo com o texto distribuído no V Fórum Social Mundial/2005 (V FSM/2005) em Porto Alegre “mais de 50% dos trabalhadores/as estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e protegidas”.¹⁵

Diante desta nova configuração do mercado de trabalho, vale ressaltar o surgimento de práticas econômicas e sociais que garantem a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de muitos trabalhadores. São práticas que recebem nomenclaturas diversificadas como, economia solidária, economia popular solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, dentre outras. Independente da denominação adotada vale ressaltar que existem pontos de convergência entre as acepções deste novo modo de produção tais como:

- ✓ *a valorização social do trabalho humano;*
- ✓ *a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;*
- ✓ *o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;*
- ✓ *a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;*
- ✓ *o respeito ao idoso e a criança no combate ao trabalho infantil e escravo;*

¹⁵ Fragmento de texto distribuído durante o V FSM, em Porto Alegre 2005. “A trajetória do movimento de economia solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”.

✓ *os valores de cooperação e de solidariedade*¹⁶

Diante de tais princípios podemos reconhecer que a economia solidária apresenta-se como um significativo instrumento de combate à exclusão social pela proposta alternativa de geração de trabalho e renda e satisfação direta de necessidades essenciais.

Mas o que vem a ser economia solidária? É um conceito muito utilizado com variadas acepções que têm em sua essência a solidariedade. Laville aborda em seu texto “Ação Pública e Economia”, duas expressões da solidariedade. A primeira se refere a solidariedade filantrópica, benevolente, onde os mais abastados intervêm para melhorar a situação dos mais desfavorecidos. Neste sentido, os laços de dependência tendem a promover o beneficiário à posição de inferioridade – trata-se de uma dívida que se recebe e que tem que ser retribuída obrigatoriamente. Para o autor esta solidariedade é “portadora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades suportado nas redes sociais de proximidade” (LAVILLE, 2006, p.23).

A segunda diz respeito à solidariedade democrática – uma troca que se impõe na construção das formas de vida e que também gera uma agenda de obrigações - que supõe uma igualdade de direitos entre as pessoas que se auto-organizam. “Historicamente, ela assumiu as formas de ações mais centradas na resposta a demandas não satisfeitas pelos grupos sociais envolvidos, servindo através de ajuda mútua e de reciprocidade ente pares” (LAVILLE, 2006, p.25).

O início do movimento da economia solidária no Brasil é marcado por encontros internacionais sobre experiências na área de auto-gestão e economia popular e solidária na década de 80. Naquele período o país estava em processo de redemocratização e algumas iniciativas de geração de trabalho e renda, de capacitação técnica, de comercialização já tinha como objetivo ir de encontro a estruturas dominantes. O movimento brasileiro passou a fazer intercâmbio com movimento de outros países para troca de experiências, especialmente com atores sociais e políticos de países como a Venezuela, México, França e Espanha.

De acordo com Pinto (2006) o termo economia solidária surgiu pela primeira vez na França no início da década de 1990 e no Brasil, em 1996 a partir do artigo do

¹⁶ Fragmento de texto distribuído durante o V FSM, em Porto Alegre 2005. “A trajetória do movimento de economia solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”.

Profº. Paul Singer “Economia solidária contra o desemprego”, publicado na Folha de São Paulo em 11 de julho de 1996.

Em 1998 ocorreu em Porto Alegre/RS o encontro Latino Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias que reuniu mais de 100 atores sociais de todo o Brasil e delegações do México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha, Argentina. O encontro teve como encaminhamento a articulação dos participantes para criação de uma rede para a região. Para dar conta desta demanda, foi realizado o Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias na cidade de Mendes/RJ no ano 2000 e teve a participação de trabalhadores/as, empreendedores/as populares, movimentos sociais e instituições de assessorias da sociedade civil de todo país.

A partir desse momento percebe-se um número muito grande de empreendimentos, instituições, organizações, articuladas para o crescimento e fortalecimento da economia solidária no Brasil. Um exemplo é o envolvimento de redes e fóruns da economia solidária na organização das versões do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária para o Desenvolvimento Integral, Democrático e Sustentável no Rio de Janeiro. Uma grande conquista do movimento de economia solidária no Brasil foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES em 2003 que tem como secretário o Prof. Paul Singer.

Para Singer o conceito de economia solidária se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, entre outras, com as seguintes especificidades: “estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p.116).

Para o mesmo autor as cooperativas de produção possuem características próprias da economia solidária, mas não descarta a existência de outros empreendimentos solidários com as mesmas características solidárias e que estão em plena expansão no país.

Semelhante à concepção de Singer, Luis Inácio Gaiger considera a economia popular solidária como “iniciativas populares de geração de trabalho e renda que se baseiam na livre associação dos trabalhadores e nos princípios da autogestão e cooperação” (GAIGER apud BERTUCCI, 2003, p.67).

Na verdade a economia solidária é um movimento recente que vem se desenhando e se fortalecendo a cada dia, mas que se utiliza de práticas de longa

duração histórica e não se diferencia de outras formas de proteção no sentido de exercer controle sobre os seus participantes. De acordo com o sistema de informações sobre economia solidária do Ministério do Trabalho e Emprego mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres fazem parte dos empreendimentos econômicos solidários.

Tabela 1: Participantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil¹⁷

REGIÃO	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL
NO	51.493	40,6%	75.235	59,4%	126.728
NE	179.058	40%	268.477	60%	447.535
SE	44.729	35,9%	79.910	64,1%	124.639
SU	128.295	29,2%	310.400	70,8%	438.695
CO	47.088	41,2%	67.197	58,8%	114.285
Total	450.663	36%	801.219	64%	1.251.882

Fonte: SIES/MTE, 2005.

De acordo com os dados apresentados podemos perceber que em todas as cinco regiões analisadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego há uma predominância de homens nos empreendimentos econômicos vinculados a economia solidária, provavelmente porque persiste ainda em nossa cultura a ideologia de homem provedor. Por último, destacamos a acepção diferenciada de Marcos Arruda sobre economia solidária. Diferenciada, por utilizar a denominação socioeconomia solidária e compreender que a verdadeira economia deve ter ênfase no social. Portanto, para este autor socioeconomia solidária:

“é uma nova economia cujo objetivo é responder as necessidades sociais e humanas, ou também atender a dupla demanda de reprodução simples (sobrevivência) e de reprodução ampliada da vida (crescente bem viver individual, comunitário, social)”(ARRUDA, 2003, p.233).

¹⁷ Os empreendimentos econômicos solidários são grupos, cooperativas que fazem parte da economia solidária e são levantados através do mapeamento feito pelo MTE

Apresentamos a seguir um quadro comparativo entre economia capitalista e economia solidária que é bem didático e auxilia na compreensão de aspectos importantes nos dois modos de produção:

Tabela 2: Diferenças entre economia capitalista e economia solidária

ASPECTOS	ECONOMIA CAPITALISTA	ECONOMIA SOLIDÁRIA
Lógica	Acumulação/lucro	Ampliação da qualidade de vida
Relações internas	Patrão x empregado	Auto-gestão Cooperativa
Protagonismo	Representações empresarias	Organizações do movimento da economia solidária
Educação	Para a competitividade/individualista	Para a solidariedade em rede
Projeto de desenvolvimento	Monopolista predatório do meio ambiente e das pessoas	Desenvolvimento sustentável
Políticas	Excludentes e compensatórias	Fortalecimento de redes e de suas representações
Cadeia produtiva	Rede de competição e exploração monopolista	Rede de complementaridade solidária

Fonte: Cáritas Brasileira, 2003.

A economia solidária está sendo construída com base no resgate da cidadania de grupos de produção, empreendimentos solidários, membros de cooperativas, através de princípios como a auto-gestão, a solidariedade, a cooperação e seu objetivo se pauta no lema de todas as versões do FSM, “um outro mundo é possível”. Ou seja, investe muito no mundo das idéias – na mudança de um padrão civilizacional, de uma cultura. Podemos concluir esse item citando Paul Singer (2002, p.10):

“O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual... O resultado é a competição e a desigualdade. A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual... O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.” (SINGER, 2002, p. 10).

1.4 – Economia Solidária no Brasil: a situação atual

Falar de proteção social é se remeter a práticas sociais desenvolvidas na sociedade que pode ser a nível micro, a chamada proteção primária (ajuda-mútua, ação comunitária, familiar, motivadas pela solidariedade, vizinhança, parentesco, entre outras); e a nível macro ou proteção secundária como as ações desenvolvidas pelo poder público, instituições de assistência social, ONGs (Góis, 1995).

O Sistema de Proteção Social na dimensão secundária no Brasil tem seu início (o início de uma estruturação mais orgânica – eu diria) na década de 1930 (SILVA et al, 2004), momento em que o Estado passa a ter um controle maior sobre as políticas sociais e assumir a promoção do bem-estar social na área da educação, saúde, previdência, habitação, transporte, entre outros. A assistência social era alvo da intervenção dos industriais por proporcionar uma vida mais saudável aos seus funcionários através de atendimento médico, farmacêutico, hospitalar para que os mesmos pudessem retornar ao trabalho o mais breve possível e manter viva sua capacidade de produção nas fábricas. Paralelo e mesmo antes da intervenção do Estado no âmbito da proteção social destaca-se instituições como a Igreja, indústrias, entre outras que organizaram importantes ações nesta área.

Ainda segundo SILVA et al o Sistema de Proteção Social passou por um período de consolidação e expansão no decorrer de 1970 a 1980 e um período de retração na década de 1980 quando o país adota as diretrizes do projeto neoliberal. Neste período houve “um movimento de privatização das políticas sociais mediatizada por nefasta articulação do Estado com o setor privado lucrativo, principalmente no que se refere às políticas de educação, saúde e habitação (SILVA, 2004, p.23).

Os anos noventa, marcados pela incorporação do neoliberalismo no Brasil trazem a tona, de uma forma muito forte, a questão da economia solidária. O campo da economia solidária no Brasil está em expansão e reúne atores que reivindicam direitos, questionam e propõe políticas, enfim são atores que se empenham para redução das desigualdades sociais.

Apresentamos algumas características de grupos e empreendimentos da economia solidária que se organizam para enfrentar problemas econômicos e sociais imediatos:

- ✓ *São iniciativas organizadas de acordo com determinados objetivos, decisões e programas;*
- ✓ *Objetivam enfrentar carências e necessidades;*
- ✓ *Buscam enfrentar problemas mediante a ação direta com esforço coletivo e recursos próprios;*
- ✓ *Implicam relações e valores solidários;*
- ✓ *Não se limitam a uma atividade, tendem a se integrar com outras atividades econômicas sociais, educativas e culturais;*
- ✓ *Buscam algum nível de mudança social na perspectiva de uma sociedade mais justa (GALVÃO, 1999, p.123).*

Como já nos referimos a concepção de redes sociais é importante em nosso estudo. Dentre os diversos tipos de redes existentes na economia solidária vamos nos ater a redes de colaboração solidária. A palavra colaboração origina do verbo latino *collabore* significa trabalhar juntos, unidos. Já a palavra solidário, advém de *solidu* que significa algo forte, difícil de ser destruído, quebrado por força externa. Na língua portuguesa a palavra solidariedade está ligada a um sentido moral que diz respeito a relação entre as pessoas, os grupos. “O reconhecimento atual da economia solidária indica que solidariedade deixa de ser um adjetivo descartável ou restrito às relações pessoais, mas se apresenta como eixo de um projeto societário alternativo ao capitalismo” (LISBOA, 2005, p.248).

“Colaboração solidária significa pois um trabalho e consumo partilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular” (MANCE, 1999, p.17).

Quando o autor fala de bem viver refere-se a construção de uma estrutura que promova a garantia de melhores condições materiais, políticas, educacionais, informacionais, enfim que promova a qualidade de vida das pessoas.

As práticas sociais nas redes de colaboração solidária têm tido o apoio da Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária, Redes Estaduais e Regionais, Fóruns Estaduais e Municipais, Rede Social Mundial e outras redes mundiais. Conforme Schnorr as práticas se organizam da seguinte forma:

- ✓ *Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS)*
- ✓ *Sistemas Locais de Trocas (SEL)*
- ✓ *Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC)*
- ✓ *Rede Global de Trocas*

- ✓ *Economia de Comunhão*
- ✓ *Autogestão de empresas pelos trabalhadores*
- ✓ *Sistema de Micro Crédito*
- ✓ *Sistema de Crédito*
- ✓ *Banco do povo*
- ✓ *Bancos Éticos*
- ✓ *Fair Trade ou Comércio Équo e Solidário*
- ✓ *Organizações de Marca*
- ✓ *Agricultura Ecológica*
- ✓ *Consumo Crítico,*
- ✓ *Consumo Solidário*
- ✓ *Grupos de Compras Comunitárias*
- ✓ *Movimento de Boicote*
- ✓ *Sistemas Locais de Moedas Alternativas*
- ✓ *Difusão de Softwares Livres (SCHNORR, 2004, pp.231,252)*

Dos exemplos apresentados de rede de colaboração solidária destacamos uma experiência mundial – Sistemas Locais de Trabalho e Comércio - LETS (*Local Employment a Trading System*) e outra brasileira – o Banco do Povo. Os LETS surgiram em algumas cidades do mundo nos anos 80 e tem como objetivo permitir que os vizinhos de uma mesma comunidade possam trocar mercadorias sem utilizar dinheiro. Os comerciantes entram em um acordo para oferecer bens e serviços uns aos outros e algumas pessoas ficam responsáveis por fazer os registros das transações.

De acordo com Paul Singer em 1993 já havia LETS espalhados pela Grã-Bretanha, Áustria, Nova Zelândia, Canadá, Irlanda e em 1998 na Argentina, França, Espanha, Áustria e Alemanha. Destaca também o surgimento de um grupo em São Paulo na Região de Pinheiros (Singer, 1998). O autor relata a experiência de internacionalização do sistema em que argentinos têm possibilidade de passar férias em hotéis ou pensão tanto na Espanha como na França.

Diferente do que ocorre no sistema capitalista os comerciantes não são concorrentes, pelo contrário, apóiam-se mutuamente, ou seja, o sucesso de um é o sucesso de todos e o fracasso de um implica também no fracasso de todos.

“...o ganho de cada membro depende diretamente do ganho dos outros: quanto maior for o número de membros, quanto maior e mais diversificado for a sua produção, quanto maior o fluxo de compras e vendas, tanto maior será a chance de sucesso de cada produtor individual associado ao sistema. Este fato fica logo claro e induz a solidariedade entre os membros. Ao contrário do mercado capitalista, em que a quebra de um concorrente aumenta a clientela e o quadro de fornecedores dos demais” (MANCIE, 1999, p.102).

Dos benefícios gerados pelo sistema local de comércio e emprego apresentamos cinco aspectos que evidenciam o sucesso desta experiência:

- ✓ *As pessoas que dele participam, principalmente os desempregados ou subempregados, são beneficiados, pois liberam seu escasso dinheiro vivo para outros pagamentos*
- ✓ *A comunidade também se beneficia, uma vez através deste comércio as pessoas estreitam laços comunitários, passam a se conhecer melhor e ampliam o espírito de cooperação;*
- ✓ *O LETS proporciona aumento imediato de fregueses, favorecendo aos comerciantes que realizam negócios com moeda comunitária;*
- ✓ *As organizações sem fins lucrativos também se beneficiam uma vez que o sistema possibilita uma maior disponibilidade de dinheiro local para as suas atividades, reduzindo a dependência de dinheiro vivo, aumentando os fundos para gastos com voluntários e beneficiários;*
- ✓ *O meio ambiente também é beneficiado, uma vez que o comércio na moeda comunitária promove a compra de bens e serviços localmente, reduzindo o consumo de energia (gasta no transporte). (MANCE, p.105, 1999).*

Dentre as experiências brasileiras que surgiram na década de 90 e tiveram influência internacional destacamos a experiência bem sucedida de Banco Povo - Banco Palmas no Ceará. A cidade de Fortaleza, não muito diferente dos grandes centros de nosso país, possui uma crescente desigualdade social pelo número de miseráveis e favelados. De acordo com Gondim cerca de 30% da população mora em favelas e dos 113 bairros da capital, 87 deles há presença de áreas faveladas. Além destes dados alarmantes apresentados pela autora, podemos verificar uma grande concentração de renda onde menos de 1% da população que reside na capital detém 13% da renda total e 33% da população fica com 8%. (Gondim, 2004). Percebemos com estes dados que a cidade de Fortaleza é marcada pela pobreza, bem como tem uma forte marca de exclusão social e econômica.

O Banco surgiu como resultado do engajamento político da população do Conjunto Palmeiras com mais de 30 anos de existência. A criação do Conjunto Palmeiras se deu na década de 70 com a implementação de um programa de governo para remoção das favelas localizadas próximo à região praiana. As famílias removidas eram desabrigados de enchente e provenientes da região litorânea e outras do bairro Lagamar. As famílias foram obrigadas a se deslocarem para uma área pantanosa e ali, no Conjunto Palmeiras, puderam de forma muito precária recomeçar suas vidas.

O Conjunto Palmeiras localiza-se na periferia de Fortaleza com cerca de 5 mil famílias e 80% destas famílias têm renda abaixo de 2 salários mínimos¹⁸. Com a organização da população criou-se uma associação de moradores na década de 1980 que fomentou a participação popular, bem como conseguiu importantes conquistas tais como saneamento básico, pavimentação das ruas, construção de praça, escolas, entre outros benefícios.

Em decorrência da situação econômica precária, como falta de emprego e dificuldade para acesso ao crédito dos moradores daquela localidade, criou-se o Banco Palmas. – Banco Popular do Conjunto Palmeiras. É importante ressaltar que o Banco Palmas iniciou suas atividades em 1997 com uma carteira de apenas 10 clientes e com recurso de R\$ 2.000,00 emprestado pela ONG Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos – CEAHRA Periferia que passou a ter uma rotina diferenciada dos bancos tradicionais.

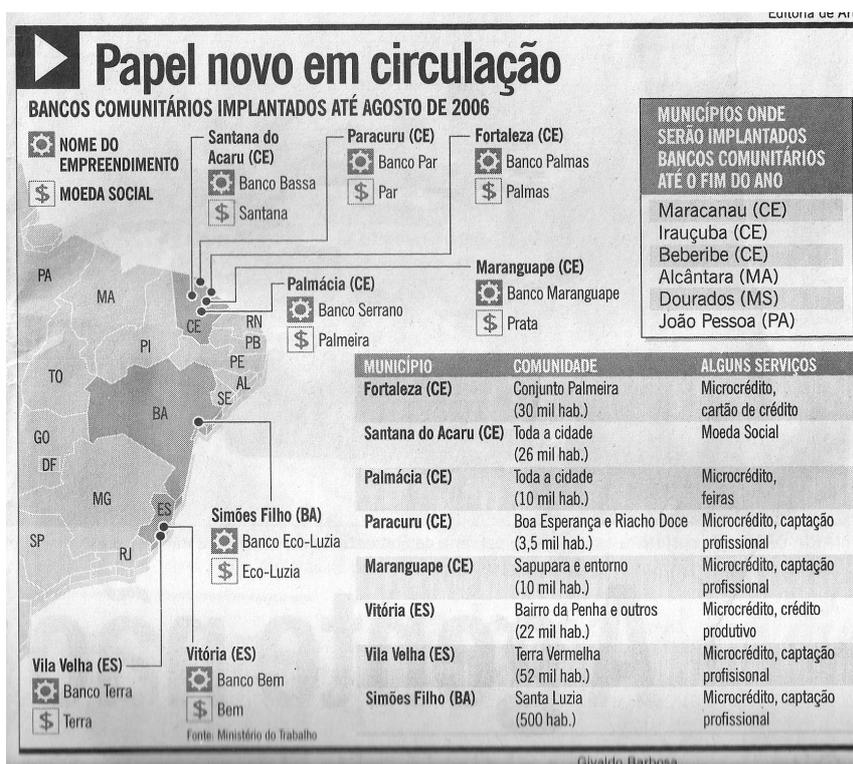
“A filosofia do Banco Palmas partiu do conceito de constituir uma rede de solidariedade, formada por prossumidores (na medida em que todos somos produtores e consumidores), atuando na cadeia produtiva – produção, trabalho e renda e consumo. (MAGALHÃES, 2005, p.32).

A meta do projeto era com pouco dinheiro circulando no bairro viabilizar o consumo em nível local. Os critérios para ter acesso ao crédito é um grande avanço, pois ultrapassa a burocracia e dificuldades impostas pelos bancos tradicionais. De acordo com Sandra Magalhães para ter acesso ao crédito é preciso “ser sócio da Associação de Moradores, ser pessoa reconhecidamente responsável (os vizinhos dão as dicas), assinar contrato com o Banco e aceitar as normas da Rede de Solidariedade” (MAGALHÃES, 2005, p.33).

Apresentamos a seguir quadro apresentado pelo Jornal o Globo sobre as novas moedas sociais que estão em circulação no país e têm gerado renda e emprego para as comunidades mais pobres.

¹⁸ Relatório da Associação do Conjunto Palmares: Banco Palmas, 2000.

Figura 2: Projetos de moeda social



Fonte: Jornal o Globo. Set. 2006

Os juros do Banco variam de 2 a 3% e o empréstimo para reforma de moradia precisa estar vinculado a algum tipo de produção. O programa de micro-crédito atende desde o vendedor de picolé até o pequeno comerciante.

Com o desenvolvimento do Banco criou-se projetos como o Palma Fashion que é uma grife do próprio Banco; o Palma Art, voltado para a valorização do artesanato; o Palmalimpe, voltado para produção de produtos de limpeza; a feira do Banco Palmas para que os grupos possam comercializar seus produtos; o cartão de crédito Palma Card, aceito no bairro e nas lojas credenciadas ao Palmas; o clube de trocas, com a moeda social chamada Palmares e outra moeda denominada Palmas com apoio de organização holandesa. De acordo com o Coordenador do Banco Palmas Joaquim Neto, “o Palmares não tem o feitiço do dinheiro, ao qual se atribui poder. É apenas um instrumento de troca para estimular a produção e consumo na própria comunidade”.

Estas e outras iniciativas na área da economia solidária mudaram a cara do bairro e proporcionaram o exercício da cidadania e o tão sonhado “bem viver” construídos solidariamente. A experiência de proteção através de redes de

colaboração solidária pode ser encontrada em outras experiências espalhadas pelo país afora.

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária integra empreendimentos de produção, comercialização e serviços, organização de consumidores e de desenvolvimento solidário, núcleo de estudos ligados à universidades, entre outros. Foi criada em 2000 no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias realizado no Rio de Janeiro. Conforme Mance os critérios básicos para participação na Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária são:

- ✓ Não haver exploração no trabalho, opressão ou dominação nos empreendimentos
- ✓ Buscar preservar o equilíbrio dos ecossistemas
- ✓ Compartilhar as significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede
- ✓ Autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração (MANCE, 2005, p.01).

Apresentamos a seguir o mapa da economia solidária no Brasil que nos dá a dimensão de como este fenômeno tem crescido no país e tem aglutinado atores de movimentos sociais, ONGs, universidades, poder público, igreja, sindicato, entre outros.

Figura 3: Mapa da Economia Solidária no Brasil



Fonte: SIES/MTE 2006.

Por fim, as redes de economia solidária do Brasil além de fazer um esforço para articular as experiências nacionais, procuram fazer uma conectividade a nível internacional e uma de suas principais articulações é o Fórum Social Mundial.

Em 2001 foi criado um grupo brasileiro de economia solidária com a finalidade de articular e intermediar a participação nacional e das redes internacionais de economia solidária no I Fórum Social Mundial.

De acordo com o texto¹⁹ distribuído no V Fórum Social Mundial 12 entidades e redes nacionais participaram do grupo de trabalho brasileiro:

- ✓ *Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES*
- ✓ *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS*
- ✓ *Federação de Órgão de Assistência Social e Educacional - FASE*
- ✓ *Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE*
- ✓ *Cáritas Brasileira*
- ✓ *Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST/Concrab*
- ✓ *Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresa de Auto Gestão – ANTEAG*
- ✓ *Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs*
- ✓ *Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT*
- ✓ *Rede UNITRABALHO (UFF, UNIRIO, PUC-Rio)*
- ✓ *Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária*
- ✓ *Associação Brasileira de Instituições de Micro Crédito – ABICRED*

O Grupo formado no I FSM a partir destas entidades reuniu tantas outras instituições internacionais que foram batizadas como Rede Global de Socioeconomia Solidária. Esta rede reúne pessoas e organizações de 21 países que além de utilizar a rede global de informação (a internet) para socializar eventos internacionais, realizar reuniões virtuais, tem a possibilidade de realizar encontros anuais no Fórum Social Mundial.

As experiências vivenciadas pelos movimentos sociais e redes de economia solidária espalhadas pelo Brasil afora têm mostrado que a sobrevivência de um grupo, uma associação, uma cooperativa, uma rede só é possível a partir de uma participação mais efetiva que gere confiança mútua entre seus participantes. O capítulo II desta dissertação discorrerá sobre a participação dos movimentos sociais, principalmente a participação de mulheres que tem contribuído para o seu

¹⁹ Fragmento de texto distribuído durante o V FSM, em Porto Alegre 2005. “A trajetória do movimento de economia solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”.

empoderamento e para impulsionar significativas transformações no papel que homens e mulheres assumem em nossa sociedade.

CAPÍTULO 2. O GRUPO OFICINA DO PÃO

Pra mim assim é uma alegria muito grande... poder colaborar e saber que é mais uma mulher negra consciente que vai ta aí na sociedade procurando uma justiça pra todo mundo. Então é assim é uma alegria muito grande poder colaborar com o trabalho (Josefina).

Neste capítulo, nos debruçaremos sobre as experiências das mulheres que protagonizam a história do grupo Oficina do Pão. Contudo, antes de analisar o grupo alvo de nossa pesquisa vamos apresentar minimamente a trajetória das instituições que acompanharam bem de perto o seu surgimento, o Centro de Defesa da Vida – CD Vida e Centro de Ação Comunitária – CEDAC.

O CD Vida nasceu em 1998 como obra social da Ação Social Paulo VI - ASPAS ligada à Diocese de Duque de Caxias. As religiosas Maria Lunardi e Eunice Berri foram convidadas pela Igreja para atuarem com mulheres vítimas de violência doméstica, mas antes de qualquer intervenção, visitaram instituições na cidade de Santos/SP que têm experiência nesta área específica e, quando retornaram, iniciaram o trabalho de atendimento, palestra e capacitação de mulheres agentes comunitárias. Atualmente, a religiosa e Assistente Social Eva Terezinha dos Santos faz parte da diretoria e o CD Vida atua através dos Projetos Vida e Geração de Trabalho e Renda em três eixos distintos: Formação, Prevenção e Articulação Política. O CD Vida iniciou um trabalho de formação cidadã com mulheres em Imbariê e firmou parceria com o CEDAC no ano de 2000 para atuar na área da geração de trabalho e renda.

O CEDAC é uma organização não-governamental sem fins lucrativos criada em 1979 num contexto de redemocratização do país e composta inicialmente por

pessoas ligadas a movimentos sociais, sindicatos e Igreja por meio das pastorais sociais²⁰.

A conjuntura da década de 90 tomou um rumo diferenciado da década anterior com a posse do então presidente Fernando Collor de Melo. Este influenciado pela ideologia neoliberal realizou uma série de reformas no Estado brasileiro e foi impedido de continuar no poder por denúncias de corrupção no interior dos ministérios e envolvendo o próprio presidente da República.

O avanço do processo democrático trouxe novos desafios para as organizações da sociedade civil que deram significativas contribuições para o retorno da democracia. Foi a partir da perspectiva de contribuir para o fortalecimento de organizações populares e construção de uma sociedade mais justa e solidária que o CEDAC passou, a convite do CD Vida, assessorar o grupo de mulheres, em Imbariê com o objetivo de refletir sobre questões sócio-políticas, gênero, custos e formação de preço, bem como pensar a política de marketing deste grupo.

A partir desse encontro nossa história ganha contornos mais definidos. O CD Vida e CEDAC assumiram papel fundamental na assessoria prestada a essas mulheres. Mas um encontro é sempre formado por, no mínimo, dois sujeitos. E é a partir das trocas efetuadas por esses sujeitos que as práticas sociais podem ser alteradas, transformadas. Ninguém sai de um encontro da mesma forma que entrou. Ambos saem transformados. É sobre essas transformações que começamos nossas indagações.

Para prosseguir, iniciamos o capítulo com uma discussão mais profunda sobre a categoria gênero, articulando-a com a história das mulheres e – por implicação, também com a história do tempo presente e a história oral, metodologia por nós utilizada. Em seguida, passamos para a fase de pesquisa propriamente dita. Chegamos ao trabalho de campo! Teceremos algumas reflexões sobre o encontro nosso (meu e dessas mulheres), bem como apresentamos o perfil delas. Concluimos com a análise mais detalhada de suas falas, buscando detectar os impactos dessa experiência em seus cotidianos de gênero e classe. Enfim, buscamos perceber o modo como essas “saídas” (Perrot, 1991) ajudaram ou não na transformação e nas experiências dessas mulheres.

²⁰ Informações obtidas no sítio da instituição. Disponível em www.cedacnet.org.br. Acesso em 02 fev. 2007.

2.3. Gênero e História do Tempo Presente – Tempo de Mulheres

A inserção no Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referências Documentais (NPHPS/CRD) – especialmente a bibliografia e as discussões no âmbito do Projeto “Niterói: Cidade das Mulheres²¹” que se desenvolve no interior deste núcleo – e o fato de atuar durante um semestre como estagiária docente na disciplina “Tópicos Especiais em Serviço Social: Pesquisa, História Oral e Registro em Serviço Social” contribuíram para uma aproximação das reflexões de gênero e da metodologia da história oral.

Um dos pontos de partida desse projeto foi o texto – que também utilizamos – da historiadora francesa Michelle Perrot (1991). Esta afirma que historicamente as mulheres sempre souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados buscando alargar a sua área de influência. O que é determinante em sua análise é o fato das mulheres terem ousado sair, seja “fisicamente”, penetrando em lugares “proibidos”, como um café, um comício, uma viagem – ou uma associação. Seja sair “moralmente”, recusando os papéis que lhes eram/nos são atribuídos.

Aqui se situa a importância de se pensar o gênero para entendermos o modo como culturalmente foram estabelecidos padrões de comportamentos diferenciados para homens e mulheres e como é difícil escapar a esses padrões tão bem introjetados²². Partimos do pressuposto que pensar em gênero significa refletir sobre duas dimensões²³:

Primeiro, o gênero como um produto social, uma relação social, que é apreendida, institucionalizada e transmitida pelas gerações; algo construído socialmente, e não como uma questão biológica.

Segundo, este conceito traz consigo a noção de uma distribuição desigual do poder, que gera a subalternização da mulher na organização da vida social (Projeto Niterói – Cidade das Mulheres).

²¹ Em relação a esse projeto, queremos reforçar o fato de que essa dissertação não toma como objeto as mesmas fontes nem tem o mesmo objetivo (“analisar a participação feminina na cidade de Niterói”). Sua citação aqui compreende apenas o interesse em enfatizar que foi graças a ele e as discussões e bibliografias disponibilizadas - tanto em relação a temática de gênero, quanto no estudo da questão metodológica, ao possibilitar o estudo da história oral – que avançamos nessa pesquisa.

²² A reflexão de Bourdieu acerca da violência simbólica e da dominação masculina reforça as reflexões aqui estabelecidas, mas que não serão aprofundadas nessa dissertação. Cf. Bourdieu (1999) para aprofundamentos.

²³ Essas definições são baseadas na obra de Joan Scott (1991).

Nas palavras de Scott

“o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Seria melhor dizer que gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação de poder no ocidente, nas tradições judaica-cristãs e islâmica” (SCOTT, 1991, p.16).

A terminologia gênero tem sido utilizada por estudiosos desde a década de 1970 para teorizar sobre as relações de poder e a diferenciação existente entre homens e mulheres.

“gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes” (SAFFIOTI, 2004, p.116).²⁴

Assim, pensar em gênero significa pensar uma realidade em transformação, uma vez que a perspectiva histórica é fundamental para entendermos essa questão. Falar na dominação masculina não significa retirar das mulheres o papel de agentes históricas. Elas não são vítimas sem ação. A recusa a esses papéis e a construção de movimentos que buscam sua transformação marca a história de homens e mulheres. Contudo, segundo Oliveira, a grande questão apresentada pela Psicologia Social com relação a atores sociais é que há uma interação entre os papéis desempenhados pelos mesmos, ou seja, se um papel muda, o outro que depende dele sofre uma alteração. A interação entre os atores “é determinada pelas idéias, expectativas e julgamentos que cada um faz sobre as atitudes e comportamentos dos outros” (1999, p.55). A realidade comprova que ao longo do tempo os papéis desempenhados pelas mulheres sofreram mudanças significativas sem que houvesse mudanças da mesma ordem nos papéis desempenhados pelos homens.

Preocupadas com esta situação e insatisfeitas com a posição de subalternidade imposta pela tradição patriarcal, mulheres do mundo inteiro resolveram reagir através de grupos, movimentos, organizações, entre outros. Os

²⁴ Sobre esta questão Saffioti (1997a) afirma que diferente faz par com idêntico , já igualdade faz par com desigualdade, e são conceitos políticos.

movimentos feministas no Brasil, bem como os espalhados pelo mundo afora, têm como bandeira de luta a oposição a todas as formas de opressão e desvalorização da mulher. Porém, a continuidade do modelo de família patriarcal²⁵, baseada na “heterossexualidade compulsória e repressão sexual” (CASTELLS, 2006, p.256) em nossa sociedade, delega para as mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras.

O movimento feminista contemporâneo tem o desafio de reconstruir o feminino de modo a lutar contra os estereótipos criados em torno da mulher e pelo respeito às especificidades masculinas e femininas e, assim, assumirem o mesmo patamar. Vale destacar que o movimento feminista dos anos 70 era formado por intelectuais inseridas no “mundo dos homens” que tinham uma proposta de ruptura com o modelo de sociedade patriarcalista. Conforme Oliveira:

“Industrialização e urbanização transformaram donas-de-casa não apenas em professoras e enfermeiras, mas também em metalúrgicas, advogadas e executivas. Cinderela de terno e gravata ou Gata Borralheira de macacão azul, em nome da modernidade e igualdade” (2002, pp. 54,55).

A tão sonhada igualdade presente na luta e discurso das feministas não se efetivou na prática, devido ao fato de mulheres conseguirem uma maior inserção no mercado de trabalho, sem a garantia de terem as mesmas condições de trabalho e isonomia salarial que os homens. Na verdade, houve uma maior reflexão sobre as barreiras para a inserção de mulheres no espaço público; elas não se deram conta que sua entrada neste espaço teria rebatimento direto em sua vida privada, no sentido de não haver equilíbrio de gênero, ou seja, não foi exigido dos homens a assunção dos papéis ditos femininos. Oliveira se refere a isto como “armadilha da igualdade” onde as mulheres lutaram por igualdade, mas não houve um equilíbrio na balança das relações de gênero.

“Ainda hoje as instituições públicas e os tempos de funcionamento da sociedade estão pensados contando com a disponibilidade a tempo integral de uma mulher que educa os filhos, ocupa-se do resto da família e cuida da burocracia doméstica. Em relação à vida privada, não mudaram as mentalidades, e conseqüentemente, as

²⁵ “Chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas” (SAFFIOTI, 1992, p.193)

responsabilidades não são compartilhadas. se fossem, forçariam a reorganização do mundo do trabalho” (OLIVEIRA, 2003,p.68)

Embora tenha ocorrido muitas mudanças na estrutura familiar, como diminuição no número de filhos, mulheres mais velhas se inserindo no mercado, aumento no número de divórcio, homens perdendo seus postos de trabalho, a mulher trabalhadora além de dar conta de múltiplas tarefas, ainda continua como responsável pelas atividades domésticas (COELHO, 2002).

“A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora” (BRUSCHINI, 2000, p.16)

Os fatores citados pela autora interferem diretamente na participação feminina no mercado de trabalho com características bem diferenciadas do homem. A partir da década de 80 percebe-se consideráveis transformações no perfil feminino no mercado de trabalho como a inserção de mulheres mais velhas, casadas e mães. Fatores como necessidade de complementar a renda familiar, aumento da escolaridade, menor número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares, contribuíram para o aumento da inserção de mulheres casadas no mercado de trabalho.

É a partir da década de 80 que o movimento feminista adere à luta por direitos apoiado por outros movimentos sociais, como o “movimento pela anistia política, contra o alto custo de vida, por creches, pela criação de associações e casa de mulheres e entraram nos sindicatos onde reivindicam um espaço próprio” (Mesquita, 2005, p.69). Esta nova cara do movimento feminista possibilitou denunciar com maior liberdade as desigualdades existentes entre homens e mulheres e a luta por igualdade encarada como direito de se diferenciarem dos homens.

O movimento de mulheres exerceu um papel importante ao colocar em xeque a relação de dominação dos homens sobre as mulheres que tem perpassado gerações e experimentado mudanças significativas como um maior acesso de mulheres ao ensino médio e superior, maior acesso a meios contraceptivos, maior acesso ao mercado de trabalho em funções “não convencionais”, casamentos tardios, aumento do número de divórcios, entre outras.

“A entrada maciça de mulheres instruídas no mercado de trabalho e a desvalorização da vida no lar contribuirão fortemente para apagar a fronteira entre o privado e o público, entre o feminino e o masculino e para quebrar a antiga identidade feminina, centrada na idéia da mulher que se realiza nos afazeres e saberes de casa” (OLIVEIRA, 1999, p.46).

Os aspectos apresentados por Oliveira apontam para importantes mudanças no pensamento social por desmistificar a idéia de que o espaço privado é exclusividade das mulheres e provocar um abalo nas estruturas da dominação masculina. Foi através de muita luta que as mulheres conquistaram sua inserção no espaço público até então reservado aos homens com posição “privilegiada” na relação de gênero. “Neste cenário de saída para o espaço público, grupos de mulheres, se organizaram na luta por direitos cidadãos, pelo direito de votar, emancipação jurídica, social, econômica, intelectual” (MESQUITA, 2005).

Destacamos a experiência de mulheres que ao longo do tempo têm sido autoras de sua própria história. Cabe destacar a contribuição de mulheres como Bertha Lutz²⁶ que no início do séc. XX estava presente na luta pela valorização da mulher, bem como sua visibilidade no espaço público. A primeira grande conquista das mulheres brasileiras foi a promulgação do novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076/32 garantindo-lhes o direito de voto. Acontecimentos internacionais contribuíram para reforçar a luta das mulheres por direitos cidadãos. Em 1975 a ONU - Organização das Nações Unidas instituiu o Ano Internacional da Mulher após a I Conferência Mundial da Mulher realizada no México. O Plano de Ação do México aprovou a década da Mulher (1975-1985) que definiu metas a serem cumpridas nos anos seguintes a fim de eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher. A iniciativa da ONU ao reconhecer a questão da mulher como um problema social a ser enfrentado contribuiu para dar maior visibilidade a movimentos de mulheres espalhados pelo mundo e abriu espaço para o surgimento de grupos políticos de mulheres como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, entre outros.

A década de 1980 foi marcada pela efervescência de movimentos sociais de diversas categorias na luta por direitos de cidadania em uma conjuntura voltada para

²⁶ De acordo com o CEDIM, Bertha Lutz publicou na “Revista Semana” uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino e propõe a criação de uma associação de mulheres. Disponível em <http://www.cedim.rj.org.br>. Acesso em 10 jan. 2007.

a redemocratização do Brasil. Neste período houve uma forte presença das mulheres em diversos espaços como associações profissionais, sindicatos, partidos políticos, entre outros. No âmbito governamental foram criados conselhos de direitos nas três esferas de governo e a violência contra a mulher passou a ser tratada como uma questão de políticas públicas com a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAM's.

As exitosas experiências de mulheres a nível estadual contribuíram para que suas reivindicações fossem aceitas pela Câmara de Deputados Federais que em 1985 aprovou o Projeto de Lei nº 7353 para criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Três anos mais tarde foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro através do Decreto nº 9906 de 06 de maio de 1987 que tem por atribuição assessorar, formular e fomentar políticas públicas voltadas para a valorização da mulher. Atualmente este Conselho é vinculado à Subsecretaria Adjunta de Políticas Públicas para Mulheres, da Secretaria de Estado de Justiça e direitos do Cidadão do Estado do Rio de Janeiro²⁷

“A convenção para Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra a Mulher foi assinada pelo Brasil, com reservas na parte relativo à família, em 1981, e ratificada pelo Congresso Nacional, com manutenção das reservas em 1984. Apenas em 1994, como o reconhecimento pela Constituição Federal de 1988 da igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada” (MESQUITA, 2005, p.77).

No final do séc. XX e início do séc. XXI muitos grupos de mulheres se institucionalizaram através da criação de organizações não-governamentais de direitos para mulheres, participação em redes, fóruns, com o objetivo de incidir diretamente em políticas públicas.

A Constituição Federal vigente no Brasil garante a igualdade de gênero quando afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Capítulo I, artigo 5º da CF/88). Na prática, essa igualdade a que se refere o texto constitucional ainda é utopia no que se refere a simetria entre homens e mulheres nos mais variados papéis que assumem. Esses papéis estão relacionados a funções exercidas nos diversos espaços em que estão inseridos e contribuem para que as

²⁷ Disonível em <http://www.cedim.rj.gov.br>. Acesso em 10 jan.2007.

mulheres permaneçam em posição de desvantagem em relação aos homens, tanto em sua atuação no espaço público quanto no espaço privado.

Destacamos a recente conquista do movimento de mulheres que contribuiu para a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres em 2003 e marcou uma grande conquista no que se refere à formulação, coordenação, implementação de políticas públicas que promovam igualdade. Em 2004 foram realizadas conferências de mulheres nos três níveis de governo, com objetivo de propor políticas públicas voltadas para as para mulheres.

A II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as mulheres ocorreu em agosto de 2007 no Centro de Convenções de Brasília. Esta Conferência teve como objetivo avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder envolvendo os governos em suas diversas esferas, bem como a sociedade civil organizada.

A trajetória do movimento feminista comprova que o país tem avançado bastante em relação à luta das mulheres por direitos, mas ainda precisa dar passos largos para transpor barreiras impostas pela dominação masculina e desmistificar a ideologia socialmente construída em torno da mulher. Após 30 anos da Conferência do México que estabeleceu metas para acabar com todas as formas de discriminação contra a mulher, retoma-se ao mesmo assunto em 2005 quando a Organização das Nações Unidas - ONU estabelece que um dos objetivos do milênio é a “igualdade entre os sexos e a valorização da mulher”²⁸.

Continuando, vemos que Teresa de Lauretis (1994) afirma que a construção do gênero continua a ocorrer hoje em múltiplos espaços, sendo algo construído e reconstruído na/pela cultura. Fundamental para nossas reflexões é exatamente a importância que Lauretis aloca para a experiência, o espaço micro, “onde se desenvolve o processo de construção da identidade para todos os seres sociais” (Projeto Niterói – Cidade das Mulheres). É neste espaço que reside a riqueza que buscamos apreender a partir da experiência dessas mulheres.

Resgatar essa experiência não é uma atividade fácil. A história do tempo presente é marcada (o que não quer dizer que a história dos tempos passados também não o seja) por grandes contradições; afinal, falamos de nós mesmos e é difícil se afastar e construir um olhar o mais objetivo possível – que não é sinônimo

²⁸ Metas do Milênio. Disponível em <<http://www.objetivosdomilenio.org.br>. Acesso em 10 jan. 2007.

de uma objetividade plena. Como afirma Bourdieu (1998), é importante nos afastarmos tanto do olhar do “estrangeiro” como do “nativo” para irmos além do senso comum.

Este autor afirma que a relação de pesquisa é sempre uma relação social, ainda que possua suas especificidades. A relação pesquisador-pesquisado é sempre uma relação de poder que possui uma dissimetria – que pode ser reforçada pela dissimetria social. Por isso, a necessidade de instauração do que chama de “uma escuta ativa e metódica” tentando reduzir ao máximo a violência que se pode exercer.

A história oral sempre foi alvo de muitas críticas, principalmente devido a sua suposta “falta de objetividade”, já que lida com as memórias individuais – fadadas a erros e esquecimentos. Contudo, concordamos com Paul Thompson (1992) quando este aponta o caráter mais democrático da história oral, e afirma que as palavras faladas “insuflam vida na história”, possibilitando o resgate de uma história contada a partir das próprias experiências vividas pelas pessoas. Pela história oral podemos penetrar em áreas que permaneceriam inacessíveis:

“Trabalhar na perspectiva da história oral significa abertura para ouvir a voz, o relato as experiências das pessoas ‘comuns’ e, nesse sentido, o cotidiano é um rico palco para nossa análise, por permitir a apreensão do ser através da experiência vivida” (Projeto Niterói – Cidade das Mulheres).

É importante ressaltar que pelo cotidiano nos aproximamos de diferentes espaços, que também constituem a história. A história das mulheres é uma perspectiva recente e surge trazendo novos objetos e novas preocupações. Ouvir suas falas nos possibilita compreender um pouco desse cotidiano. A história oral nos proporcionou essa aproximação. Nesse processo, foi importante buscar estratégias de aproximação dessas mulheres e construir um roteiro que nos possibilitasse ter uma linha que nos serviu de direção. As entrevistas se constituem um retorno ao passado para resgatar histórias individuais ou coletivas e no caso desta pesquisa, o resgate está impresso nos relatos das componentes do grupo Oficina do Pão.

O primeiro contato com o grupo se deu em outubro de 2006 quando telefonamos para uma das componentes explicitando o desejo de realizar a pesquisa de campo. Como uma das características do grupo é a valorização do

espaço democrático, uma das representantes orientou-nos a retornar a ligação em outro momento.

Em contato posterior ficou confirmada nossa ida a Imbariê às 14h do dia 20/11/2006 para a primeira experiência com o grupo enquanto pesquisadora. Foi um dia extraordinário porque era feriado de Zumbi dos Palmares e Dia da Consciência Negra com muitos encontros promovidos pelos movimentos sociais; quando chegamos em Imbariê, soubemos que o grupo fez vários contatos para agendar outro dia, mas sem sucesso. O motivo do contato se deu porque todas as componentes do grupo tinham compromissos diferenciados: aniversário, ida a cachoeira, ida a *show* promovido pelo Movimento Negro, entre outros.

Quando soubemos das programações, o primeiro sentimento foi de frustração por não ter feito um telefonema antes de sair de casa. Porém, uma das componentes surpreendeu quando comunicou nossa chegada as demais e, em menos de uma hora todas estavam presentes para a realização da entrevista.

O objetivo desse encontro grupal foi apresentar a proposta da pesquisa e conhecer o histórico do grupo. A receptividade foi tamanha que contribuiu para dissipar o sentimento de frustração e saímos satisfeitas pelo resgate da história do grupo Oficina do Pão e porque a maior parte do grupo manteve sua programação para aquele dia.

Realizamos nova entrevista com o grupo Oficina do Pão em 06/06/07, mas dessa vez tivemos dificuldade para conseguir uma agenda comum porque o grupo estava com muitas encomendas para esse mês. A princípio, o grupo disponibilizou os dias 05 e 06/06/07 respectivamente para a realização de entrevistas individuais e do grupo focal. Reservamos na agenda o primeiro dia para realizar as entrevistas que contemplam questões como identificação, participação e gênero e para o segundo dia foi planejado a realização do grupo focal para discussão de temas como solidariedade, políticas públicas para economia solidária, auto-estima, papel da mulher hoje, entre outros.

Não foi possível realizar o planejamento na íntegra porque o grupo serviu almoço na Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e por conta disso, teve que participar de uma reunião convocada para o dia 05/06 (3ª-feira).

“As incertezas que permeiam o trabalho de campo devem ser consideradas como dados positivos para a pesquisa, mesmo

quando traduzem recuos, interrupções ou pontos cegos. Ao enfrentar os impasses que se apresentam, o pesquisador terá que acionar recursos até então despercebidos por ele ou lança mão de sua sensibilidade antropológica talvez ainda inerte – elementos que, a partir de experiências desse tipo, passam a compor de forma ativa seu acervo de práticas e alternativas para suas aventuras no campo” (FERREIRA, 1996, p. 90).

Reformulamos o planejamento de forma a concentrar as duas atividades dia 06/06/07, dia em que todas as componentes estavam disponíveis para dar sua contribuição à realização da pesquisa. As entrevistas foram realizadas no estabelecimento alugado pelo grupo para a produção dos alimentos, planejamento, avaliação, entre outras atividades.

O dia iniciou com um café da manhã preparado pelo grupo Oficina do Pão e após o café, iniciamos as entrevistas individualizadas com as componentes do grupo que foram chegando aos poucos e se revezaram na preparação do almoço.

Após o almoço reunimos todas as componentes para o grupo focal explicitando que o mesmo tem como objetivo ouvir a opinião do grupo e promover debate sobre os temas solidariedade, políticas públicas para economia solidária, papel das mulheres.

Os dois momentos da pesquisa foram proveitosos em nossa atuação como pesquisadora, pois permitiu identificar questões que precisavam ser reformuladas como o item identificação no quesito raça/etnia. Para formulação deste quesito consultamos a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que trabalha com as categorias branca, indígena, parda, preta. Porém, no momento da entrevista duas componentes não se identificaram com nenhuma das referidas opções afirmando que o Movimento Negro utiliza a terminologia negro em detrimento dos termos preto e pardo e, por isso, pediu para que marcasse o termo negro na opção outros.

Por conta disso, tivemos que reformular o instrumento de pesquisa de modo a contemplar as questões que não se adequaram à realidade das entrevistadas e esta experiência se configurou como mais um aprendizado nesta caminhada como pesquisadora. Goldemberg afirma que o pesquisador precisa ter algumas características imprescindíveis para ser bem sucedido em sua pesquisa:

“...interesse real e respeito pelos seus pesquisados, flexibilidade e criatividade para explorar novos problemas em sua pesquisa,

capacidade de demonstrar compreensão e simpatia por eles, sensibilidade para saber o momento de encarar uma entrevista ou 'sair de cena' e, disposição para ficar calado e ouvir" (GOLDEMBERG, 2005, p. 57).

Como houve problemas técnicos no equipamento MP3 que impediu a gravação na íntegra da entrevista com uma das componentes do grupo, e problemas familiares com outra componente que não conseguiu chegar a tempo para a entrevista individual, tivemos que agendar nova entrevista para o dia 20/07/07.

Retornamos nesse dia a tarde para dar continuidade ao processo de entrevistas e, assim, finalizar mais uma etapa entrevistando duas componentes que desmarcaram alguns compromissos para contribuírem com seus relatos de vida. É fato que o depoimento da primeira entrevistada teve novos elementos não contemplados na primeira entrevista. Ela própria declarou que não se lembraria de tudo que havia relatado na entrevista do dia 06/06/07 e demonstrou certa decepção com a falha no equipamento de gravação, mas apresentou seu depoimento com muita propriedade e entusiasmo como se fosse a primeira vez.

A segunda entrevistada preocupada com a hora marcada para o seu relato, ligou algumas vezes para saber de nossa chegada e no momento da entrevista demonstrou bastante interesse em contribuir com o seu depoimento. Antes de iniciar essa entrevista tomamos café com pão artesanal que caracteriza-se como especialidade desse grupo de produção.

Essa entrevista se configurou como o final de um ciclo que deixou portas abertas para aprofundamento desta temática no futuro, bem como para a inserção de novos pesquisadores que desejam dar um foco diferenciado na pesquisa exploratória com o grupo.

Todas as entrevistadas assinaram um termo de consentimento permitindo a realização da pesquisa e ficaram cientes que a mesma poderá ser divulgada publicamente. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento das cinco componentes do grupo de produção Oficina do Pão e transcritas na íntegra para subsidiar a análise dos resultados.

O grupo foi um segundo momento em nossa metodologia e nos possibilitou o confronto de diferentes falas, bem como sanar algumas brechas, pois permitiu a comparação de alguns fatos e falas. As mulheres avaliaram positivamente a pesquisa de campo como resgate das histórias e memórias de cada componente e,

coletivamente quando se trata do grupo Oficina do Pão. Vejamos algumas de suas falas²⁹:

Acho que participar de uma pesquisa é sempre tá, assim, colaborando como uma pessoa que tá se formando que talvez essa pesquisa vá contribuir pra esses grupos de mulheres, pra economia solidária. Então pra gente é sempre bom. O grupo tem sempre a esperança de que seja uma pesquisa que dê frutos, que possa ser socializado com outras pessoas (Anette).

Pra mim é sempre uma expectativa porque as vezes a gente pensa sempre que não vai corresponder ao que a pessoa quer, mas também é um aprendizado porque enquanto está passando o tempo a tendência é você esquecer. Cada vez que você faz uma entrevista, cada vez que você fala do grupo, você não esquece. (Dominique)

A vontade de desistir e não ir para a entrevista foi levantada, mas para nossa sorte foi imediatamente descartada:

Primeiro eu pensei assim, eu vou ligar pras meninas e dizer que eu to com o meu neto aqui e só tenho hoje pra ir na cachoeira com ele. Aí eu falei não é justo porque a menina vem lá de baixo poderia ta num lazer, fazer um trabalho que diz respeito a ela, mas que diz respeito a nós (Michele).

O pesquisador não é um ouvinte passivo, uma “tábula rasa” onde se inserem as falas dos outros. A escuta do pesquisador tem um objetivo, ela visa a realização de uma análise, a construção de um discurso. Como nos lembra Alessandro Portelli, “a história oral se inicia na oralidade do narrador, mas é encaminhada (e concluída) em direção ao texto escrito do historiador” (Portelli, 2001, p.13). E essa escrita pode (ou não) ir ao encontro das expectativas dos seus entrevistados. Mas a busca, o interesse em conceder a entrevista aparece em suas falas:

Eu acho super importante, enquanto a gente puder ta contribuindo, e isso assim realmente dar um resultado pra que economia solidária ou mesmo processo da sociedade em servir pra ajudar o pessoal a entender o que que é essa nova economia (Sônia).

²⁹ Para diferenciar das citações bibliográficas, as falas das entrevistadas estão em itálico.

2.4. A Pesquisa

A partir dessas reflexões nos aproximamos dessas mulheres e apresentamos aqui, inicialmente, o perfil delas, para em seguida, fazer algumas análises a partir da experiência vivida juntamente com elas.

MULHERES DA OFICINA DO PÃO – CONSTRUINDO SEU PERFIL

Essas mulheres, provenientes de Imbariê não devem ter um perfil muito diferente de outras mulheres de nossas classes trabalhadoras. Vejamos: a faixa etária delas varia entre 37 e 58 anos de idade e todas têm uma história de luta, bem como superam desafios diariamente para manter o grupo Oficina do Pão. Diferente das componentes dos grupos Iluminarte e Criatividade que também tiveram uma história de luta, mas por conta dos problemas comuns de mulheres das classes menos favorecidas, não prosseguiram com o trabalho. A maioria dessas mulheres tem um histórico de envolvimento com questões sociais por conta de sua participação na Igreja Católica, especificamente na Paróquia Santa Clara de Assis, Comunidade Jesus Crucificado da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti.

“Pode-se dizer que o que a economia solidária traz de original é justamente uma forma de organizar elementos já existentes, como as experiências de educação popular, a ação da Igreja Católica junto a comunidades, as propostas das empresas autogestionárias, o cooperativismo” (MOTTA, 2004, p. 64).

O estado civil da maioria das mulheres entrevistadas é casado, estas possuem entre um a três filhos que estão na fase infanto-juvenil e adolescência. Com relação a raça/etnia, utilizamos como base a fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou seja, amarela, branca, indígena, parda, preta, outros. No momento da entrevista, fomos surpreendidas com o questionamento sobre a ausência do termo negro nas opções apresentadas na pesquisa.

O motivo do questionamento é que todas as mulheres fazem parte de movimentos sociais e a maioria faz parte ou se identifica com a bandeira de luta do movimento negro. Portanto, quatro mulheres se auto-declararam negras e apenas uma se auto-declarou branca. Esta afirma que pertence a todas as etnias, mas está

registrada como branca. Consideramos que esta primeira declaração de pertencimento a todas as etnias pode ter relação com a diversidade étnica, traço da colonização e imigração, da população brasileira.

Quando indagadas sobre o nível educacional, todas responderam que possuem o ensino médio completo, destas apenas uma possui o ensino superior. Sempre que têm oportunidade participam de cursos, seminários, conferências, ou seja, estão em processo constante de capacitação/qualificação.

A maioria das mulheres deseja cursar o ensino superior e as opções apresentadas são os cursos de Nutrição e Serviço Social por conta da atividade que exercem na área gastronômica e o desejo de implementar projetos sociais na comunidade em que estão inseridas. O(s) motivo(s) apresentado(s) que impede(m) a inserção na universidade é/são: falta de recursos financeiros e/ou falta de tempo.

AS ENTREVISTADAS

Josefina tem 44 anos é casada, possui três filhos e concluiu o ensino médio. Morava em Salvador/BA e quando retornou para o Rio de Janeiro – Imbariê em 2000, foi convidada a participar de um grupo de mulheres que posteriormente deu origem a três grupos distintos, um deles é o Oficina do Pão. Antes de se inserir no grupo não possuía qualquer atividade remunerada, mas já trabalhou como auxiliar de escritório. Tem um engajamento em movimentos sociais há 24 anos atuando como uma das protagonistas na formação de um núcleo do Partido dos Trabalhadores – PT em sua comunidade, participou de Associação de Moradores, Pastoral do Negro em Duque de Caxias, grupo de reflexão Elas a Caminho, entre outras participações.

Anette tem 37 anos de idade, seu estado civil é casada, possui dois filhos, se auto-declara negra e possui o ensino médio completo. Antes de sua inserção em grupo de mulheres, trabalhava num ambulatório comunitário que funcionava no pátio da Igreja e exercia funções como agente de saúde, atendente, enfermeira. Sua participação em movimentos sociais ocorreu com seu ingresso no grupo Oficina do Pão e a partir daí passou a compreender melhor o Movimento de Mulheres, a Associação de Moradores, bem como compreender o que é reivindicar os direitos das mulheres, das crianças e outros movimentos. Não encontra resistência por parte

do marido e dos filhos com relação a sua participação no grupo, pelo contrário, avalia que sua família tem sido parceira neste processo.

Dominique também possui 37 anos de idade é casada, tem dois filhos, considera-se negra, concluiu o ensino médio e antes de se inserir no grupo estava restrita a atividades domésticas em sua casa. Antes da existência do grupo Oficina do Pão foi convidada por uma amiga para participar de reuniões para mulheres com oficinas, cursos, capacitações. Sua inserção em movimentos sociais se deu a partir da participação no grupo Oficina do Pão. Considera que houve uma mudança significativa em sua vida após seu ingresso no grupo porque antes considerava-se uma pessoa fechada e seu mundo se restringia a casa, filhos e marido. Dominique representa o grupo no Fórum de Economia Solidária de Duque de Caxias e quando tem oportunidade participa de outros espaços políticos.

Sônia tem 41 anos de idade, seu estado civil é solteira, não tem filhos, possui o ensino superior completo e se orgulha em afirmar que é negra. Tem 28 anos de participação em movimentos sociais e antes de seu ingresso no grupo Oficina do Pão trabalhava como assessora parlamentar e sua participação no grupo não era freqüente por conta de seu trabalho. No início, atuava na divulgação do grupo, na elaboração de documentos, na participação nos encontros de formação. Atualmente, dispõe de tempo para maior dedicação ao grupo e nas atividades das quais o grupo participa como sua representante no Fórum de Economia Solidária de Duque de Caxias.

Michele tem 58 anos de idade, seu estado civil é casada, possui uma filha que já tem família constituída e se auto-declara pertencente a todas as etnias, mas especificamente a branca por conta de seu registro. Michele tem o ensino médio completo e antes do surgimento do grupo Oficina do Pão, trabalhava como vendedora autônoma na comercialização de roupas, calçados, shampoo, relógios, brincos, prata, entre outros. Foi convidada a participar do “encontrão de mulheres” e no início achava que não continuaria, mas permaneceu e atualmente é uma das protagonistas do grupo Oficina do Pão. Participou da pesquisa sobre aposentadoria para as donas de casa, passou a participar de movimentos sociais após sua inserção no grupo como Fórum de Economia Solidária de Duque de Caxias, do II Encontro Nacional de Economia Solidária, mas no momento atua como suplente da diretoria do Fórum de Mulheres de Duque de Caxias.

COLOCANDO A MÃO NA MASSA - ECONOMIA SOLIDÁRIA, GÊNERO E MULHERES

Podemos dizer que as cinco componentes do grupo de produção Oficina do Pão já vivenciavam os princípios da “economia solidária” mesmo antes de conhecer sua proposta. O primeiro contato do grupo com o termo economia solidária foi através do CEDAC E CD Vida e a partir de então começaram a participar de seminários, encontros, intercâmbios com outras experiências nacionais e internacionais que discutem esta temática.

A maioria dessas mulheres exercia atividade laborativa antes de se vincularem ao grupo Oficina do Pão através de funções na área de vendas, saúde e assessoria parlamentar. Estas áreas não são estritamente femininas por possibilitarem tanto a inserção de mulheres como a de homens nos quadros de funcionários; a exceção é a função de assessoria parlamentar onde percebe-se a presença de um número maior de homens, pois é uma função que denota status principalmente para esta categoria.

Em relação à participação em movimentos sociais, a maioria alegou que passou a participar após o ingresso no grupo de produção Oficina do Pão como o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro – FCP/RJ, Fórum de Economia Solidária de Duque de Caxias, Fórum de Mulheres de Duque de Caxias, entre outros.

A entidade de assessoria viabiliza participações em encontros nacionais e internacionais como Fórum Social Mundial em Porto Alegre; Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária para o Desenvolvimento Integral Democrático e Sustentável em Mendes/RJ; Lançamento do Programa Mercosul Social e Solidário em Copacabana/RJ; Seminário Franco-Brasileiro “Mulher e Economia Solidária” em Santa Teresa/RJ; ida de uma representante para compartilhar a experiência do grupo no Ano França-Brasil em Paris/França; *Pasantias* do Programa Mercosul Social e Solidário envolvendo cinco países, dezoito ONG,s e movimentos sociais da América Latina, entre outras.

O fato de participarem dessas experiências nacionais e internacionais não se configura para essas mulheres simplesmente mais uma participação em eventos, mas sim uma participação qualificada pelo potencial que apresentam como debatedoras, propositoras, críticas e também na socialização de suas experiências.

O diretor da ONG Fase-Solidariedade e Educação, Orlando Alves dos Santos Jr. afirmou no Seminário “Os sentidos da democracia e da participação”³⁰ que “70% dos brasileiros não têm vinculação alguma com qualquer entidade – sindicato, clube, igreja. A articulação social dessas pessoas é com sua família nuclear e talvez com algumas pessoas de sua vizinhança”.

Compreendemos que o retorno da democracia foi resultado de muita luta dos movimentos sociais e as conquistas contribuíram para uma acomodação de parte da sociedade civil no que se refere a luta por direitos cidadãos. Mas, conforme apresentado anteriormente, na experiência do grupo Oficina do Pão e outros empreendimentos, a participação nas diversas articulações, redes, movimentos, tem instrumentalizado os atores sociais para uma intervenção mais qualificada, ou seja, uma intervenção mais crítica e propositiva nos diversos espaços em que estão inseridos.

“O grande veículo de participação popular, no Brasil de hoje, são as redes. Por várias razões, mas principalmente por duas: as redes baseiam-se em dois princípios, o da horizontalidade e o da informação plena de todos os integrantes. Nas redes, não há hierarquia de um grupo sobre outro; não há centrismo democrático; não se ‘filtra’ a informação. Vale a força dos argumentos. Isto é um avanço em relação aos modelos de democracia do passado. Construir redes de participação democrática do povo é o desafio que está posto para os que desejam transformar a nossa sociedade em uma nação justa, próspera, fraterna” (SAMPAIO, 2005, p.50).

O grupo tem crescido muito em relação às experiências de participação e isto tem contribuído para desenvolver laços de solidariedade, de confiança mútua entre seus membros.

“...acrescentou pra que eu tomasse mais uma noção do que é trabalhar em conjunto, saber trabalhar realmente porque você participa de um encontro é uma coisa, viver o dia-a-dia é outra, então eu acho que a economia solidária alerta a gente pra isso, como se convive com pessoal diferente, cada um de um jeito” (Sônia).

“Mudou que eu fiquei mais sociável, eu fiquei ansiosa até pra conhecer novas pessoas, novos movimentos e está acontecendo isso. Até então eu trabalhava sozinha, eu não tinha uma de regra, eu trabalhava por minha conta e não tinha esse envolvimento” (Michele).

³⁰ Este Seminário foi organizado pelo Instituto Polis em São Paulo e ocorreu nos dias 1 a 3 de julho de 2004.

Com relação à confiança mútua recuperamos a discussão de Putnam a respeito do capital social. Para este autor “capital social é o processo de desenvolvimento da confiança recíproca entre cidadãos com o objetivo de resolver problemas que exigem ação coletiva ou o desejo dos cidadãos de confiar nos outros” (BAQUERO apud PUTNAM, 2003, p.28). Para Fukuyama capital social pode ser definido simplesmente como “o conjunto de valores informais em normas compartilhadas entre membros de um grupo que possibilita a cooperação entre eles” (BAQUERO apud FUKUYAMA, 2003, p.28). No grupo Oficina do Pão este tipo de cooperação pode ser observada na divisão de responsabilidades e representações do grupo, bem como a mobilização para incentivar outras mulheres a participar de movimentos sociais. “O capital social compreende características da organização social, confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (KHAN & SILVA apud PUTNAM, 2005, p.103).

Iara defende que ele (capital social) “é o aglutinante que junta a sociedade” (KHAN & SILVA apud IARA, 2005, p.104). É evidente que a realidade apresentada por estes autores é relativa a uma conjuntura diferente da conjuntura brasileira e, no caso de Imbariê estamos tratando do grupo Oficina do Pão e não da sociedade. Com certeza o fator eficiência pode contribuir em qualquer realidade para ações realizadas conjuntamente. Ainda sobre este assunto, o Banco Mundial afirma que “...a quantidade, a qualidade e persistência das interações sociais entre vizinhos, amigos e membros, assim como a habilidade do trabalho em conjunto procurando o bem comum, gera capital social” (KHAN & SILVA, 2005, p.104).

O capital social pode ocorrer tanto na família, como num grupo, numa associação e até num país como todo. Como podemos observar nos estudos de Putnam sobre a experiência italiana, o capital social é muito importante para o desempenho das instituições e concomitantemente para um maior bem-estar social dos indivíduos, logo, para o desenvolvimento local.

Dentre os mais variados conceitos desta temática “está se solidificando a idéia de que capital social se refere à habilidade dos atores sociais em assegurar benefícios coletivos em virtude da participação em redes sociais ou outras estruturas sociais” (BAQUERO, 2003, p.30).

Para finalizar esta discussão apresentamos a posição de Fukuyama, este autor acredita que o Estado pode se tornar um fomentador de capital social na sociedade através dos seguintes aspectos:

- ✓ *Deve estar atento para aumentar o estoque de capital social existente, como o apoio a programa de microcrédito, onde o índice de inadimplência é quase zero;*
- ✓ *Realizar investimento e estimulando a educação, pois é na escola que se formam futuros líderes cidadãos. Este estímulo não deve parar no ensino fundamental ou secundário, mas prosseguir até o superior;*
- ✓ *Fornecer bens públicos de forma eficiente e de qualidade, garantindo o direito à propriedade e segurança pública eficiente;*
- ✓ *Descentralizar de forma a permitir um fluxo mais rápido e eficiente, permitindo também uma participação da sociedade na administração pública (KHAN & SILVA apud FUKUYAMA, 2005, p.105).*

Os aspectos apontados por Fukuyama não podem ser incorporados à realidade de Duque de Caxias e tantas outras cidades brasileiras que ainda impera o primeiro-damismo e clientelismo, bem como a valorização de programas de governo que facilmente é extinto quando a gestão seguinte caracteriza-se como oposição.

A partir da experiência com o grupo Oficina do Pão e do nível de participação em diversas redes e articulações, podemos inferir que o processo de formação política e o próprio desenvolvimento do grupo permitiu, se é que podemos afirmar assim, um acúmulo de capital social. Ainda sobre a experiência vivenciada com o grupo, investigamos três dimensões para identificar mudanças após o envolvimento dessas mulheres com a economia solidária: vida social, vida econômica, vida familiar.

Por **vida social** compreendemos as relações estabelecidas na sociedade, grupos, redes, clubes, associações. Todas as componentes estão no grupo Oficina do Pão desde a sua criação e a maioria passou a participar de movimentos sociais após a inserção no grupo.

Todas identificaram mudanças significativas com relação a vida social como conhecimento de novas pessoas; capacidade de trabalhar em grupo; consciência de que o capitalismo mascara, discrimina e desvaloriza as pessoas; saída do mundo 'privado' para o mundo 'público'; aprendizado de que é possível a unidade em meio a diversidade, entre outras.

“Hoje eu falo até um pouco mais do que antes porque eu era uma pessoa muito mais fechada, eu tinha muito o meu mundo, casei nova, com 18 anos...não me disponibilizava a está fazendo este tipo

de coisa , a não ser cuidar de casa e filho, casa, filho e marido, então esse era o meu mundo” (Dominique).

“Vida social mudou bastante, antes eu não tinha conhecimento do que a participação popular pudesse mudar alguma coisa, a reivindicação, a união das pessoas pudesse ter força pra mudar alguma situação...as pessoas precisam se reunir pra reivindicar mudanças que promovam qualidade de vida para todas as pessoas, pra sociedade como um todo” (Anette).

“Você começa a ter uma preocupação maior com a questão econômica do país, mesmo a questão econômica da sua região, de seu estado, pensar um pouco mais como um pequeno número de pessoas concentra tanto dinheiro, e o outro grupo, maior parte, passa necessidade que de repente não tem o essencial pra sobreviver” (Josefina).

Com relação à **vida econômica**, todas foram unânimes em afirmar que o grupo ainda está se reestruturando e que a meta de dois salários mínimos para cada componente não foi plenamente atingida porque tem mês que alcança a meta e tem mês que fica aquém do que foi estabelecido. Os motivos apresentados se referem aos impasses/limitações impostos pela legislação vigente que impede pequenos grupos se legalizarem. As mulheres entrevistadas alegam que perderam muita oportunidade de firmar contratos, realizar eventos porque o grupo ainda não possui o cartão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e, portanto, não pode emitir nota fiscal pelo serviço prestado.

A maioria das mulheres considera que houve mudanças significativas que contribuíram para adquirir bens materiais e realizar ações que antes não podiam entrar no orçamento familiar.

“Mas se eu tivesse em casa sem participar do grupo ou sem trabalhar, eu acho que seria muito pior porque atualmente com o salário que o meu marido ganha não dá para manter nossas necessidades. Porque nós temos dois filhos e os dois estudam em colégio particular, tem saúde, tem alimentação, roupa, então o salário que ele ganha atualmente não daria pra gente sobreviver” (Anette).

“Financeiramente melhorou, posso dizer que melhorou porque antes era só o salário do marido; eu tenho dois filhos, uma filha terminou o 2º grau particular e o meu filho está na escola particular e tem as contas básicas de casa” (Dominique).

“Economicamente pra mim ainda hoje a gente não tem o retorno que a gente queria...mas isso vem acrescentando, tem coisas que eu hoje me dou o luxo de ter, de fazer, uma vez ou outra, um passeio

com meus filhos, por exemplo há pouco tempo nós fomos pra Petrópolis jantar. Tem coisas que de repente se fosse só o dinheiro do meu marido, não daria pra fazer e que de vez em quando, quando tem uma graninha da Oficina do Pão sobrando a gente se dá o direito de ta fazendo algumas coisas que todo ser humano precisa e deveria ter” (Josefina).

Este discurso contraria a lógica machista de que o homem é o responsável por administrar o dinheiro que proporciona alegria, prazer para a família e isto o coloca em posição de superioridade em relação aos demais membros.

“O dinheiro dos passeios, das férias e do lazer em geral, quase sempre, é administrado pelo homem. Trata-se de um dinheiro associado ao prazer e deixa em troca de seu dispêndio a lembrança de uma experiência que não é habitual. É visível e quem o administra é facilmente associado a uma figura positiva que gera prazer...outorga um grau de autonomia e poder consideráveis” (CORIA, 1996, p. 91).

A questão apresentada pela autora assume nova roupagem, pois com o passar do tempo, percebe-se maior inserção das mulheres em atividades remuneradas seja para complementação da renda familiar, garantia de sua independência econômica ou mesmo para manutenção de seu papel fundamental de provedora da família.

Ainda refletindo sobre as mudanças na dimensão da vida econômica, apresentamos as identificadas por Michele após sua inserção no grupo:

“Olha a vida econômica é difícil de falar porque a batalha é grande, nós temos um trabalho que ainda está em criação, um trabalho que tem um rendimento, mas não é fixo...a questão econômica está um pouco mais tranqüila, você sabe que você está trabalhando, no final do mês tem algum e isso tem ajudado muito o nosso lado, fico mais tranqüila” (Michele).

Apenas uma integrante não demonstra clareza ao identificar se houve ou não mudança em sua vida financeira após sua inserção no grupo. Percebemos certa confusão em sua fala no que se refere à mudança e inferimos que esta confusão pode estar relacionada à decepção pela dificuldade do grupo em atingir a meta estabelecida, ou porque o alcance da meta é um processo demorado e para ela não se configura um sinal de mudança de fato, ou porque o esforço empreendido pelo

grupo não é compatível com o retorno financeiro. Vejamos seu depoimento sobre o assunto:

“Não mudou muito não porque ainda continuamos batalhando porque a Oficina do Pão tem vez que consegue um salário, tem vez que você já não consegue aquilo que você planejou. Não é que mudança, você continua no mesmo ritmo, mudança nem pra mais, nem pra menos, ainda estamos mantendo ainda” (Sônia).

Com relação ao retorno financeiro todas as componentes do grupo avaliaram que ainda não conseguem manter suas despesas só com o recurso proveniente de eventos. O que ganham é para complementação da renda familiar e consideram que há uma oscilação nas entradas que variam conforme o número de eventos no mês. Quando não tem evento vendem de porta em porta para garantir o pagamento de despesas do estabelecimento como aluguel, telefone, luz, bem como a manutenção da Kombi que adquiriram por meio de doação.

A última dimensão diz respeito à **vida familiar** dessas mulheres, a maioria explicitou que nos primeiros encontros de formação teve problemas com seus maridos referente a participação.

“...no início, as viagens, eu tive problemas, eu falei, não, eu tenho que ir, eu quero ir” (Dominique).

“Antes ele achava que ficava muito na rua, que não dava muita atenção. Aos poucos foi notando que o caso era sério. Ele gosta de saber das coisas porque é uma pessoa muito ativa” (Michele).

“...no início era muito complicado porque a gente tinha que sair muito de casa, participar de encontros muitas vezes fora do Rio...e as vezes ele cobrava muito isso, ele não gostava mesmo...ele viu que eu estava gostando e que isso era assim um pouco de minha vida que vai se entranhando no nosso cotidiano, na nossa vida, ele vai vendo que eu fui amadurecendo enquanto pessoa, enquanto mulher” (Anette).

Uma mulher relatou que sua situação é diferenciada da maioria das mulheres porque seu marido é oriundo de movimentos sociais como Movimento Negro, Associação de Moradores, movimentos ligados a Igreja. Ainda assim, afirma que o fato do engajamento político não isenta os homens de terem atitudes machistas *“...quando se trata de marido e mulher você sabe assim sempre o lado machista grita um pouquinho mais alto porque todos os homens têm isso aflorado por mais*

engajamento” (Josefina). Inferimos a partir desta fala que o termo ‘todos’ é resultado de uma cultura machista que remonta desde o período da colonização do país. É bem verdade que a sociedade brasileira avançou bastante no que diz respeito à valorização da mulher e isto é resultado de muita luta dos movimentos sociais que atuam dentro desta lógica.

Com relação à compreensão da família no que diz respeito ao trabalho que realizam, todas afirmaram que recebem apoio e são valorizadas pelo trabalho que desenvolvem através do grupo Oficina do Pão. Quando são convidadas a participar de um encontro e precisam ficar muitos dias fora de casa, os filhos e maridos providenciam almoço, cuidam da casa, uniforme, dentre outros.

Quando tem encontro que prevê a participação dos filhos, os educadores preparam um planejamento de forma a contemplar a temática de formação dos adultos – ter um espaço para as crianças ficarem é fundamental e aponta para uma preocupação balizada pelo viés de gênero. Ao final do encontro as crianças/adolescentes apresentam o produto de seu trabalho através de painel, encenação, música, entre outros.

“Minha filha mais velha é incrível, cara, ela tem uma personalidade e uma consciência crítica das coisas que as vezes até me assusta pra idade dela” (Josefina).

As mulheres identificaram que houve mudança significativa em suas vidas em relação ao aumento da auto-estima e esta mudança também foi percebida por seus familiares. Esse aumento na auto-estima está presente em algumas falas:

“...você começa a se impor e ver as coisas de outra maneira, de outro ângulo, aí você quer aprender, você quer se atualizar, você quer ser mais alguém” (Dominique).

“...a gente pode servir de referência para que outras mulheres tenham vontade também de mudar a realidade da vida delas” (Anette).

“...eu aprendi muito, eu sinto que hoje eu estou mais solta” (Josefina).

A maioria das mulheres casadas identificou uma transformação na vida de seus maridos no que se refere ao trabalho que realizam através da divisão de responsabilidades nas tarefas domésticas, cuidado dos filhos e compromissos

assumidos pelo grupo tanto para compra de produtos como para deslocamento. Somente uma mulher afirmou que seu marido sempre dividiu as responsabilidades domésticas mesmo antes de sua inserção no grupo e o qualifica como parceiro por apoiar o seu trabalho.

“...se não houvesse a colaboração dele (marido) na divisão de tarefas, estaria praticamente impossível. E ele assim, ele lava, cozinha, cuida das crianças...então melhorou a qualidade e melhorou assim 100%” (Anette).

“...eu comecei a dividir, no início deu um choque, mas depois com o tempo, hoje em dia eu chego em casa tem almoço, janta, café na mão muitas vezes...eu não tenho uma casa sozinha, mora quatro pessoas, então a responsabilidade é dos quatro” (Dominique).

“O meu marido não gosta muito de trabalho doméstico, mas hoje ele vê que ele precisa...por exemplo, colocar a própria comida, limpar a casa, limpar o quintal, cuidar dos bichos que eu tenho, ele cuida, ele lava a louça...” (Michele).

“...o meu marido é muito parceiro com relação ao meu trabalho, ele dá maior valor...então ele faz comida, ele lava a louça. Não mudou após a participação no grupo, ele sempre foi assim, as vezes eu dou uns gritos porque fica meio descansado, eu dou uns gritos e volta ao normal” (Josefina).

Percebemos nas falas dessas mulheres que seus maridos estão com uma prática diferenciada da que demonstravam no processo de formação do grupo, e hoje têm um comportamento que é resultado de uma conquista delas através do envolvimento em atividades doméstica como apoio nas atividades realizadas pelo grupo.

É possível identificar nos depoimentos das componentes do grupo Oficina do Pão a presença de construção de uma identidade coletiva, um sentimento de pertença em que cada uma é co-responsável pelo crescimento do grupo.

O termo identidade origina do latim (*iden*) e significa igualdade e continuidade. Contudo, é importante atentar para a noção de identidade como algo socialmente construído, não natural. De acordo com Giddens (2002) a identidade pode ser encontrada no comportamento das pessoas ou na reação tanto das pessoas como dos outros. Stuart Hall (2005) apresenta em sua obra três concepções de identidade: baseada no sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

O sujeito do ilminismo estava amparado numa idéia muito individualista de ser humano. Nesta concepção a identidade nascia com o sujeito e permanecia inalterável durante toda a sua vida, a identidade era o elemento responsável por vincular o sujeito à estrutura. O termo sujeito era normalmente utilizado para fazer referência ao gênero masculino. Na explicação de sujeito sociológico cada pessoa tem sua especificidade e os sujeitos com sua especificidades interagem com a sociedade. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o eu real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2005, p.11).

Por último, a abordagem de sujeito pós-moderno traz a compreensão de que o sujeito não possui somente uma identidade, mas várias. Estas identidades são moldadas conforme transformações ocorridas ao longo da vida do sujeito. No que se refere a atores sociais a identidade pode ser entendida como:

“processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outros valores de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas” (CASTELLS, 2006, p. 22).

De acordo com esta afirmativa compreendemos que há uma diferença entre identidade e papéis assumidos por um sujeito. Os papéis estão relacionados à funções exercidas por homens e mulheres como ser pai, mãe, vizinho, torcedor, já a identidade diz respeito a significados, ou seja, envolve a autoconstrução.

“A identidade moderna envolvia escolhas fundamentais – profissão, identificações políticas, família – que definiam de uma forma mais rígida quem era o sujeito. Hoje, a medida que as fronteiras entre papéis tornaram-se muito mais fluidas, a identidade de homens e mulheres também se tornou mais flexível e aberta à mudança” (VAITSMAN, 2001 p.18).

Verifica-se nas relações sociais uma mudança considerável no comportamento de homens e mulheres. o movimento feminista é apontado por esses autores como um sujeito coletivo extremamente importante – e revolucionário – na construção e transformação da subjetividade feminina e masculina. Os movimentos feministas no Brasil e também os espalhados pelo mundo afora têm

como bandeira de luta a oposição a todas as formas de opressão estereótipos criados em torno da mulher. O exercício da cidadania das mulheres na contemporaneidade passa pela identidade feminina, que é entendida como:

“...um projeto que está em construção que passa pela desmontagem destes modelos introjetados de rainha do lar, do destino inexorável da maternidade, da restrição ao espaço doméstico familiar e o resgate da potencialidade, abafada ao longo de séculos de domínio da ideologia machista e patriarcal” (CARNEIRO, 1994, p.188).

Muitos homens em situação de desemprego assumem as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos enquanto suas mulheres saem para o trabalho. Autores que estudam sobre a temática identidade afirmam que ela está intimamente ligada com poder. Castells (2006) afirma que a construção da identidade ocorre num âmbito de relações de poder. O autor destaca três tipos de construção de identidade: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

A identidade legitimadora está relacionada com a dominação de instituições/organizações sobre atores sociais para impedir sua atuação, seu protagonismo. A identidade de resistência se aplica a atitude de atores que estão em posição de desvalorização ou estigmatizadas pela estrutura de dominação. Estes atores constroem base de resistência e sobrevivência que se contrapõem à lógica dominante. Já a identidade de projeto parte do pressuposto de construção de uma nova identidade capaz de promover significativas transformações na estrutura da sociedade. “ ...a autoconstrução da identidade não é a expressão de uma essência, mas uma afirmação de poder pela qual as mulheres se mobilizam para mudar de como são para como querem ser. Reivindicar uma identidade é construir poder”(CASTELLS, 2006, p.135).

Acreditamos que a identidade de resistência e a identidade de projeto se encaixam perfeitamente na lógica da economia solidária. As experiências têm mostrado que este movimento luta contra a exclusão e dominação impostas pelo sistema capitalista e também tem possibilitado que mulheres de empreendimentos, grupos de produção, cooperativas, sejam protagonistas de sua história através da construção de poder, da construção de uma identidade coletiva.

A economia solidária apresenta-se como um significativo instrumento de combate à exclusão social pela proposta alternativa de geração de trabalho e renda

e prática de valores como cooperação e solidariedade. Para o grupo Oficina do Pão a solidariedade não se fundamenta na caridade, no ato de prestar uma ajuda pontual a pessoas/instituições como propagado nos meios de comunicação; é uma palavra proveniente de solidário que em latim quer dizer sólido, consistente. O depoimento que sintetiza bem o posicionamento do grupo sobre solidariedade

é o ato de você poder se colocar a serviço do outro, você estar no momento em que a pessoa mais precisa de você, você poder apoiar, mas você antes mesmo que você perceba que a pessoa ta necessitando, você se coloca a serviço daquela pessoa ou daquele grupo (Annete).

Góis em seu artigo “Redes de solidariedade” aponta como o tipo de vocabulário imprime a marca de pertencimento a um determinado campo ideológico. Afirma que na metade da década de 90 o termo solidariedade surgiu como catalisador social. Neste período, “...entrou em cena pública a retórica da solidariedade...”(GÓIS, 2004, p. 741).

Para Czeresnia “solidariedade é valor que se fundamenta na vontade de universalizar a dignidade humana...é a realização de ações que beneficia o outro, pressupõe o reconhecimento deste como sujeito autônomo, que é capaz de fazer escolhas”(2006, p.3).³¹

O grupo passou a conhecer a economia solidária através das duas entidades de assessoria e os encontros de formação propiciaram maior aprofundamento sobre a temática e troca de experiências como outros empreendimentos solidários. Para elas economia solidária envolve mudança de vida no que se refere a hábitos, atitudes, valorização do ser humano, da natureza, entre outros.

“...é um desafio, acho que não é só do nosso grupo, mas dos grupos que estão aí tentando levar a proposta a frente de uma nova economia, de uma economia diferente, mais justa; e o grupo ta tentando vivenciar principalmente no dia-a-dia essa proposta de justiça, igualdade, de respeito...” (Josefina).

Embora tenha alcançado muitos direitos e conquistado importantes espaços no cenário mundial, como funções de Presidente da República, Governadora,

³¹ CZERESNIA, D. Considerações sobre o livro “Da compaixão a solidariedade”. Uma genealogia da Assistência médica de Sandra Caponi. Disponível em <<http://www.scielo.org>>. Acesso em 16 jun. 2006.

Primeira Ministra, entre outras, o mercado de trabalho ainda encontra-se na lógica de desvalorização da mulher.

Um dos princípios da economia solidária é *o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade*. A economia solidária busca quebrar a invisibilidade da mulher em nossa sociedade e dar visibilidade as suas práticas na construção de uma nova cultura.

“As experiências alternativas de geração de trabalho e renda surgem para as mulheres como possibilidade de acesso as propriedades dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração; e principalmente como oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática” (NOBRE, 2003, p. 208).

As mulheres do grupo Oficina do Pão estão preocupadas com a elaboração de políticas públicas para a economia solidária e acreditam que a participação nos diferentes espaços de luta pode unir forças para pressionar o poder público nessa direção. Consideram que a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária foi uma grande conquista do movimento, mas acreditam e estão lutando para a elaboração de políticas que contemplem os pequenos grupos, cooperativas, associações, através de viabilidade para legalização, micro-crédito, comercialização, entre outras.

“Tem muitas barreiras que a gente tem que transpor pra ter uma economia solidária que nós cremos, a questão da legalização dos pequenos grupos é uma coisa assim imprescindível que aconteça. A gente tem lutado nos fóruns, nas redes para que a gente tenha uma legalização específica dos grupos de economia solidária para se legalizar. Porque a partir da legalização você consegue vencer muita dificuldade do cotidiano” (Anette).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária está realizando um mapeamento, a nível nacional, para identificar os empreendimentos econômicos solidários. A Comissão Gestora Estadual é composta por representantes da Delegacia Regional do Trabalho – DRT, Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, Rede Central de Serviços – RCS e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. O Centro de Ação Comunitária – CEDAC é a

instituição responsável pela Coordenação Técnica Estadual, ou seja, a instituição executora do mapeamento no Rio de Janeiro.

Duque de Caxias compõe a Região Metropolitana II e conta com uma coordenadora e quatro pesquisadoras. De acordo com o mapeamento realizado, este município tem 88 empreendimentos econômicos solidários que estão em situação semelhante a do grupo Oficina do Pão por “falta” de políticas públicas adequadas para estes empreendimentos.

“O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, está desenvolvendo um conjunto de ações para o fortalecimento dessa realidade. Dentre elas destacamos o mapeamento da Economia Solidária, que se constitui numa iniciativa pioneira no mundo para identificar e caracterizar tais formas de organização do trabalho (SENAES, 2006, p. 7).

A mulher tem exercido um papel importante em nossa sociedade pelo fato de ocupar o seu espaço enquanto mulher, enquanto profissional, em ser protagonista de sua própria história. As componentes do grupo relataram nas entrevistas que grande parte das mulheres além de exercer o papel de mãe, dona de casa, está inserida no espaço público e isto tem contribuído para desmistificar a ideologia de que o espaço privado é inerente à mulher e o espaço público, ao homem.

É possível identificar claramente na fala das mulheres entrevistadas um aspecto positivo na relação mantida com suas famílias que possibilitou a desconstrução de papéis socialmente construídos, ou seja, papéis masculinos e papéis femininos. Os encontros de formação e a participação de dessas mulheres nos espaços políticos contribuíram para esta desconstrução e, atualmente, todos os membros da família são co-responsáveis pela realização das atividades domésticas.

É claro que as transformações são processuais e ainda existe um grande caminho pela frente. Com relação ao papel que a mulher desempenha hoje na sociedade, o grupo avalia que o aspecto positivo diz respeito a uma maior inserção delas no espaço público e, conseqüentemente, sua contribuição para mudança de cultura na sociedade, como as conquistas ao longo de sua história de luta.

“Então assim a mulher hoje tem uma responsabilidade muito maior, na verdade, há tempos atrás as mulheres que dançavam, gostavam de dançar, eram vistas como mulheres da vida. Hoje não, as mulheres estão aí, dançarinas, as mulheres mudaram muito,

conquistaram muito e hoje a mulher tem um papel fundamental na sociedade atual” (Josefina).

O homem não atua mais como provedor exclusivo, pois as mulheres estão tendo maior participação no mercado de trabalho para garantir sua independência econômica, para complementação da renda familiar ou até para manutenção de seu papel fundamental de provedora da família.

“...transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 70 e pela presença cada vez mais atuantes das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina” (BRUSCHINI, 2000, p.16).

Apesar do considerável aumento da participação feminina no mercado de trabalho, podemos afirmar que a mulher ainda está em desvantagem em relação ao homem. Ela continua como “principal responsável pelas atividades domésticas e cuidado com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades domésticas” (BRUSCHINI, 2000, p. 18).

Os dados ressaltados pela autora apresentam-se de forma diferenciada para as mulheres do grupo Oficina do Pão porque elas conseguiram modificar suas realidades envolvendo todos os membros da família nas atividades domésticas. As mulheres destacaram que está implícita nas atitudes do homem a questão da dominação masculina (Bourdieu, 1999). Um dos aspectos negativos que identificaram no papel da mulher na sociedade é o fato de que muitas envolvidas nos movimentos de mulheres ou não, estão incorporando essa dominação masculina em suas intervenções.

“A mulher não é muito leal a outra, ela está sempre em competição e isto que acaba interferindo nas conquistas delas, nas nossas conquistas...” (Dominique).

“...penso que algumas companheiras nossas já está, tipo que enraizando essa dominação” (Josefina).

A partir desta fala, sem a intenção de generalizar, compreendemos que há uma contradição muito grande no discurso de mulheres que lutaram contra a dominação imposta pelos homens e, quando têm oportunidade, reproduzem esta dominação em suas práticas – Fato que pode ser explicado pelo substrato social

onde elas (e eles) estão envolvidas. Não é fácil se livrar de concepções tão arraigadas.

A questão da dominação masculina tem sido alvo de crítica do movimento de mulheres, do movimento de economia solidária, como algo a ser superado em nossa sociedade. Quando Bourdieu trata da dominação masculina ele aponta que esta dominação se faz presente tanto na 'divisão social do trabalho' como na 'relação sexual'. "Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio da divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo" (BOURDIEU, 1999, p.31).

Todas as mulheres entrevistadas não se consideram independentes e a concepção que têm de independência está baseada no fato de não necessitarem de outras pessoas para realizarem suas ações. Partido desse pressuposto, é importante ressaltar que é impossível viver isolado sem depender do outro, pois quando nascemos necessitamos do outro para vir ao mundo, para alimentação, para sobreviver. A relação com outras pessoas ocorre em menor ou maior grau de dependência e esta dependência é maior no âmbito das relações familiares.

"...não sou independente porque tenho uma família, tenho amigos, eu acho que eu dependo deles. Então eu não sou independente, eu dependo do meu marido, ele depende de mim e eu dependo dele, eu dependo de tudo isso que tá aí fora, eu dependo que me aceitem" (Michele).

Com relação à autonomia todas se consideram autônomas no que se refere ao poder para tomarem decisões. Está muito arraigado em nossa cultura a idéia de que as decisões estão sob a responsabilidade do homem, do chefe de família, mas percebe-se mudanças significativas nos padrões culturais que incitam um maior posicionamento das mulheres na tomada de decisão.

"Os graus de autonomia estão intimamente ligados à possibilidade de escolha e decisão. O fato de poder escolher não é inócuo. Permite uma reafirmação individual que gera autoconfiança e determina, por sua vez, um lugar significativo diante dos outros. Fundamentalmente, implica uma postura ativa perante o mundo, totalmente oposto à situação de dependência e submissão" (CORIA, 1996, p.94).

A possibilidade de fazer escolhas, como apontado pela autora, denota a saída de um mundo de submissão, de subordinação, para assunção de um posto de posicionamento diante das mais diversas situações.

“Autonomia você tem, por exemplo no meu caso eu sou casada, tenho marido, tenho filhos. Os filhos te prende muitas das vezes? Sim, te prende, te priva de fazer determinadas situações, mas se tem alguma coisa que eu acho que é muito importante pra mim, ah sinto muito, mas eu vou fazer, sabe” (Josefina).

“O lance das viagens, ‘oh você vai viajar? Vou, vou viajar, e aí, tipo assim, a não ser que seja uma coisa que não dê mesmo pra ta indo” (Dominique).

“Acho que autonomia sim porque tem momentos que você precisa decidir” (Anette).

“Tem mulher que fala assim: ‘eu tenho que perguntar o meu marido, depois eu te dou uma resposta’, Não, se é uma coisa que for importante pra mim, eu vou comunicar, eu to afim de fazer isso, isso é importante pra mim, eu quero ir, de que forma você pode colaborar?” (Josefina).

Através destas falas, as componentes do grupo expressam o quanto cresceram como mulheres, como cidadãs que registram suas histórias na memória do bairro Imbariê, de Duque de Caxias, da economia solidária no Brasil ao longo de seis anos de existência.

A lógica capitalista que tem em sua essência a dominação, delegou para as mulheres a responsabilidade de “ser para os outros”, ou seja, o sentido de sua vida está em satisfazer as necessidades de filhos, maridos, familiares, comunidade.

Para construir uma relação mais “autônoma” diante dos outros sujeitos, bem como experimentar um novo modo de vida ao “viver para si”, faz-se necessário que as mulheres saiam do “casulo” da vida privada para vivenciar experiências políticas e socializadoras. A inserção das mulheres nos empreendimentos econômicos solidários proporciona o exercício da participação e valoriza princípios como a auto-gestão, democracia, solidariedade, cooperação, entre outros. “As mulheres tem na economia solidária mais um caminho para tornarem-se sujeitos políticos, pessoas empoderadas que a partir de suas especificidades interferem nas decisões, constroem o presente e o futuro” (OLIVEIRA, 2005, p.158).

A inserção das mulheres nos empreendimentos econômicos solidários tem contribuído para aumentar o poder e o controle delas sobre questões antes

delegadas aos homens. O empoderamento das mulheres refere-se a defesa do “ser para si”, luta pela igualdade no acesso a direitos, bem como nos espaços de decisão. Está interligado com a dimensão de gênero, raça/etnia, classe, cultura e história.

“O empoderamento das mulheres implica o desaparecimento dos mecanismos de poder patriarcais fundados na opressão das mulheres e necessita mudar normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e construir direitos das mulheres” (LAGARDE, 1996, p.112)

Concluindo, é importante lembrar que o grupo de produção Oficina do Pão decidiu trabalhar na área de culinária pela identificação da maior parte das componentes e para isso iniciou um curso de panificação durante quatro semanas no salão da igreja. No início o grupo produzia no próprio salão da igreja, depois uma das componentes disponibilizou a varanda de sua casa por 2 anos e atualmente o grupo alugou uma casa e dispõe de equipamentos necessários para a produção de pães, bolos, empadas, entre outros.

O “primeiro grande desafio” colocado para o grupo se deu, segundo suas componentes, no período em que tiveram que preparar 1.800 brioques para um seminário organizado pelo CEDAC na cidade de Mendes. A partir deste encontro foram feitos vários contatos através do CD Vida e CEDAC para contratar os serviços do grupo que oferece café da manhã, lanche, almoço e coquetel. Num primeiro momento o grupo vendia na comunidade, escolas, clínicas, faculdades, mas por conta das dificuldades de deslocamento não prosseguiu com esta estratégia de venda dos produtos.

Outro grande desafio para o grupo foi preparar seu primeiro coquetel para 300 pessoas com sucos, frutas, pães, na conferência que discutiu violência contra mulher e pensou políticas públicas para mulheres em Duque de Caxias. O grupo foi convidado também para preparar 2.000 sanduíches em evento organizado pela Diocese de Duque de Caxias e a partir destes eventos começou a ter visibilidade em sua cidade de origem, bem como no Rio de Janeiro.

A grande dificuldade do grupo é a questão da legalização do empreendimento que se apresenta como entrave para prestação de alguns serviços que exigem nota fiscal. A legislação vigente é de 1971 e penaliza pequenos empreendimentos com uma carga tributária muito alta. Conforme Barbosa “a legislação brasileira não

atende a regulação de trabalho coletivo, prevalecendo a visão individualista e mais centrada no capital privado. Por isso não há cobertura prenunciada para o associativismo da economia solidária, autogestão e cooperativismo popular (BARBOSA, 2006, p.115).

“Uma dificuldade está sendo hoje a questão da legislação com relação à legalização do grupo. A gente ainda não conseguiu legalizar o grupo. A gente está discutindo: vale a pena como cooperativa? Tem uma lei que diz que cooperativa é acima de vinte componentes. Não tem essa estrutura ainda para ser 20 pessoas. É uma pequena empresa ou é ser só um grupo de produção? Mas ser um grupo de produção você acaba perdendo serviço” (Josefina).

A partir dos primeiros contatos realizados, temos percebido que o grupo tem como princípios a autogestão, ajuda-mútua, solidariedade e tem procurado praticar a justiça entre seus membros. Podemos perceber que este se fortalece enquanto ator político através da participação em espaços como Fórum de Defesa de Direitos das Mulheres de Duque de Caxias, Fórum de Economia Popular e Solidária de Duque de Caxias, Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro – FCP/RJ, Associação dos Grupos de Produção Comunitária – AGP, Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FEBS, Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária – RBSES.

O grupo participou em 2004 do Seminário Franco-Brasileiro de Mulher e Economia Solidária no Colégio Assunção/RJ e uma das componentes foi convidada a compartilhar a experiência do grupo no evento de comemoração do ano França-Brasil. A participação nesses espaços tem contribuído para aprofundar as discussões sobre questões de gênero e economia solidária tão presentes na vida dessas mulheres através de seu posicionamento nos diversos espaços políticos, bem como questões sobre economia solidária no que se refere a de pensar na possibilidade de um outro mundo “mais justo e igualitário”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouso dizer que as vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão.

Frances Wright, feminista inglesa,
Em 1822 (Peter Gay, 1995, p.306)

Neste momento de finalização em que nos debruçamos para refletir sobre o processo de construção deste trabalho, temos a certeza de que este campo de investigação é muito propício para pesquisadores que desejam explorar temáticas como gênero e economia solidária ou até mesmo para aqueles que desejam acompanhar o desenvolvimento de grupos, como o Oficina do Pão.

A opção por refletir sobre economia solidária, gênero e movimentos se deu pela necessidade de compreender melhor os fenômenos sociais e como eles estão impressos nas relações estabelecidas pelas mulheres do grupo Oficina do Pão através de suas falas, suas representações.

O processo de realização da pesquisa ensinou-nos que na vida precisamos ser ousados e ter uma visão ampliada para alcançarmos os nossos objetivos. Compreendemos que a decisão em mudar o tema da pesquisa “A atuação das Comissões Municipais de Emprego e seu rebatimento na proposição de políticas públicas de emprego e renda” para “Metendo a mão na massa: uma experiência de economia solidária em Imbariê” foi muito apropriada para nosso crescimento enquanto pesquisadora.

Desde os primeiros contatos com o grupo percebemos o interesse dessas mulheres em estar contribuindo para a realização da pesquisa, o fortalecimento das práticas e políticas de economia solidária, bem como o desejo de manter viva a

memória do grupo através do resgate de suas histórias de vida. Percebemos através de suas falas que houve uma mudança na vida dessas mulheres após a inserção em grupo constituído apenas por mulheres, e que o espaço privado tornou-se pequeno para as transformações ocorridas nesse processo de construção da identidade coletiva.

A construção da identidade coletiva denota construção de poder e este poder tem contribuído para o aumento da auto-estima e também para dar visibilidade ao grupo como um grupo de mulheres da economia solidária que luta por uma transformação na sociedade que vai desde o nível micro (localidade) até ao nível macro (Brasil).

A categoria gênero tem sido um referencial para discussão de teóricos que se dedicam à temática das relações entre homens e mulheres, bem como para movimentos de mulheres que lutam para modificar o quadro de desvalorização da mulher ainda presente em nossa sociedade. Faz-se necessário a implementação de políticas públicas que dêem conta desse viés de gênero e de economia solidária tão presentes nas relações das mulheres do grupo Oficina do Pão, bem como de tantos outros. Nesta pesquisa trabalhamos algumas dimensões que sinalizam mudanças na vida dessas mulheres após o envolvimento com a economia solidária.

A dimensão da vida social refere-se às relações estabelecidas com os familiares, outros grupos, fóruns, clubes, redes, clube, igreja, entre outros. As mulheres do grupo Oficina do Pão avaliam que houve uma mudança significativa em suas vidas, pois têm maior possibilidade de atuar em diversos espaços que contribuem para reivindicação por direitos, e isto tem refletido na família e nos demais espaços de atuação.

Com relação à vida familiar percebe-se na fala das mulheres que houve maior participação dos demais membros da família em relação a divisão das tarefas domésticas e também apontaram que tanto os maridos, filhos, como seus familiares dão apoio emocional e logístico ao trabalho desenvolvido pelo grupo Oficina do Pão – o que aponta, em alguma medida – em transformações culturais de longo alcance.

A dimensão da vida financeira é considerada uma questão que está em processo e o grupo avalia que embora não tenha alcançado a meta estabelecida de dois salários para cada componente, consegue identificar conquistas/realizações a partir da inserção no grupo Oficina do Pão.

O processo de pesquisa caracterizou-se como um desafio, pois a temática economia solidária e gênero é nova nas discussões que empreendemos na academia e ao mesmo tempo, tornou-se um tema instigante para futuros aprofundamentos. As entrevistas realizadas com o grupo Oficina do Pão se configuraram a conquista de um espaço que deixou portas abertas para aprofundamento por parte de outros pesquisadores, bem como para aqueles que desejam dar um foco diferenciado na pesquisa exploratória com o grupo.

A economia solidária é um movimento que está se desenvolvendo no Brasil pautado na lógica não capitalista e apresenta proposta

“contrária à prática funcional capitalista, sendo, portanto, transformadora do sistema vigente. A economia solidária não se resume a ser uma alternativa de combate ao desemprego, mas vai mais longe, configurando, através de práticas propositivas, uma negação da economia e da sociabilidade capitalista, pois gesta em seu ventre uma vontade transformadora da sociedade contemporânea” (LISBOA, 2003, p. 277).

Compreendemos que nosso país tem avançado bastante com relação a luta das mulheres por direitos, mas temos que dar passos largos para lutar por maior valorização da mulher no mercado de trabalho. As mulheres possuem maior escolaridade que os homens e ainda assim percebem rendimentos inferiores; muitas delas se submetem a trabalhos não compatíveis com sua formação por não terem alternativa para sobrevivência da família.

A economia solidária é um fenômeno social que está crescendo em nosso país e tem aglutinado diversos atores que acreditam na transformação através de práticas solidárias, cooperativas, autogestionárias. É um movimento que reúne empreendedores, cooperativas, movimentos sociais, ONGs, universidades, poder público para criar uma alternativa que combata a exclusão social e a pobreza. É um fenômeno que deve ser entendido em sua magnitude e com as contradições que também possui.

Destacamos o importante trabalho que vem sendo realizado por empreendimentos da economia solidária que tem como princípio a valorização da mulher. Muitos destes empreendimentos, grupos, são constituídos 100% por mulheres como o grupo Oficina do Pão, ou na sua maioria por mulheres que

acreditam na transformação da sociedade a partir da localidade que atuam, ou seja, mulheres que lutam para construir uma identidade coletiva.

O grande desafio posto é o fortalecimento de movimentos sociais para que possam elaborar propostas de valorização da mulher que atua no mercado formal/informal e também para as que atuam na economia solidária a fim de pressionar os poderes públicos para que suas propostas sejam incorporadas na agenda política.

Finalizamos este trabalho utilizando uma citação do professor Paul Singer que sintetiza bem a relação do grupo Oficina do Pão com a chamada economia solidária: “o resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres...já justifica todo esforço investido na economia solidária” (SINGER, 2002, p.127). Tal esforço não abre mão da importância e da responsabilidade do Estado na elaboração de políticas, mas sinaliza que tais fenômenos carregam consigo também representações e vivências positivas narradas por essas mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. N. de C. Economia Solidária: estratégias do governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S; YAZBEK, M. C. (org). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2006.

BAQUERO, M. Capital social. In: CATANNI, A.D (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Revista de Sociologia Política, n.21, 2003.

BAUER, M. e GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERTUCCI, A. de A.; SILVA, M. A. D.(org). Vinte anos de economia popular solidária: trajetória dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOURDIEU, P. Compreender. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. A ilusão bibliográfica. In.: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro:FGV, 1996.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação. In: ROCHA, M.I.B.da.(org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.

CALVINO, I. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Revista Tempo, n. 2. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, dez., 2006.

CARNEIRO, S. Identidade feminina. In: SAFFIOTI, H.T.B & VARGAS, M.M. Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes. 1998.

CASTELLS, M. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.02. 5ªed., 2006.

CORIA, C. O sexo oculto do dinheiro: formas de dependência feminina. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1996.

COSTA, M.A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia Política, n.21, 2003.

DUARTE, P. A gente não quer só real. *Jornal o Globo. Economia.* p.39. 03 set.2006.

FERREIRA, E. F. X. *As entrevistas. Mulheres, militância e memória.* (cap.3). Rio de Janeiro : FGV, 1996.

FILHO, G. C. de F; LAVILLE, J.L et al. *Ação pública e economia solidária. Uma perspectiva internacional.* Documento apresentado no seminário internacional de economia solidária em vias de publicação, 2005.

FREITAS, R. de C. S. et all. *Observatório de violação de Direitos – abordando a violência de gênero.* Trabalho apresentado ao 33º Congresso Mundial de Escuelas de Trabajo Social, ocorrido na cidade de Santiago – Chile, 2006.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. *“Do Canto da Cigarra ao Trabalho da Formiga – a formação do ‘ethos’ do trabalho no Rio de Janeiro dos anos 30”.* Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Serviço Social/UFRJ, março de 1994.

GALVÃO, M.N. *Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho.* In: RI. N.M, da (org). *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.* São Paulo: Arte & Ciências, 1999.

GAY, P. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GÓIS, J.B.H. *Proteção social e serviço social: comentários a propósito da revisão curricular.* In: *Caderno de comunicações do VII Congresso Brasileiro de Assistente Sociais.* Salvador, 1995.

_____. *Redes de Solidariedade.* In.: SILVA, F. C. T. da. *Enciclopédia de guerras e revoluções. As grandes transformações do nosso tempo.* Rio de Janeiro: Campus, 2004.

GÓIS, J. B. H. et al. *Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise do discurso de seus autores.* *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 78. ano XXV, jul. 2004.

GÓIS, João Bôscio Hora. *“Família e Proteção Social: notas para um debate”.* Texto didático, sd.

GOLDENBERG, M. *“A conversão do Pesquisador”.* *De perto ninguém é normal.* São Paulo: Record, 2004, p. 13-31.

_____. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *“Burguesia e questão social no Brasil”, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937,* Rio de Janeiro: Campus, 1979.*

GONÇALVES, M. P. Do material reciclável sobreviver, resistir e dele uma identidade construir. Rio de Janeiro. 2006. 109f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social – UFF, 2006.

GONDIM, L. M. P. O dragão do Lazer e da cultura invade a praia de Iracema: intervenções urbanísticas como catalisadoras da imagem da “moderna” Fortaleza. Disponível em <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 25 de jul.2006.

GIDDENS, A . Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GUSMÃO, R. A ideologia da solidariedade. Serviço Social e Sociedade, n.75, 2004.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 10.ed., 2005.

LAGARDE, M. Género y feminismo: desarrollo humano y democracia. Madri: Horas & Horas, 1996

LECHAT, N.M.P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares em 20/03/2002.

LISBOA, A. de M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: RI. N.M, da (org). Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciências, 1999.

_____. Solidariedade. . In: CATANNI, A.D (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

KHAN, A.S & SILVA, L.M.R. Capital social nas comunidades beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural - PCPR/Projeto São José – PSJ – Estado do Ceará. Revista Economia e Sociologia Rural. Vol.43, n.01.2005.

MAGALHÃES, S. Cadeias produtivas e crédito solidário. In: NETO, J.P.M et al (org). Socioeconomia solidária para o desenvolvimento integral, democrático e sustentável. Rio de Janeiro: CEDAC, 2005.

MANCE, E.A. A revolução das redes – a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. Consumo Solidário. In: CATANNI, A.D (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Seminário do pólo de socioeconomia solidária em Paris. Disponível em <<http://www.milenio.com.br/mance/rbses1.htm>>. Acesso em 30 jul. 2006.

_____. Por uma economia para a vida. Encontro estadual de cultura e socioeconomia solidária. Rio de Janeiro: FCP, 2002.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In.: LEVI-STRAUSS, C. Sociologia e antropologia uma introdução à obra de Marcel Mauss de Claude Levi-Strauss. Trad. de Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974. pp. 39-184.

MESQUITA, A. Com licença, eu vou a luta! O desafio de mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho. Rio de Janeiro. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social – UFF, 2005.

MOTTA, E. de S. M. G. A outra economia: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. 2004. Dissertação (mestrado). Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MTE. Mapa da economia solidária no Brasil. Sistema de informações sobre economia solidária. Disponível em <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em 27 ago.2006.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In.: MINAYO, M. C. de S. (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18º ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. L. de. A trajetória de empoderamento das mulheres na economia solidária. In.: Revista Gênero: Núcleo transdisciplinar de estudos de gênero – NUTEG. V. 5, n. 2. Niterói: Ed UFF, 2005, pp.157-177.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. . In: CATANNI, A.D (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

PERROT, Michele (org.). História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, J. R.L. Economia solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais. Vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, A. “O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): memória política, luto e senso comum”. In.: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (orgs.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAMPAIO, P. de A. Participação popular. In.: TEIXEIRA, A. C. C. (org). Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

SCHNORR, G.M. As redes de colaboração solidária para o aprendizado solidário. In: ZART, L.L. (org). Educação e socioeconomia solidária. Paradigmas de conhecimento e de sociedade. Série sociedade solidária. Ano 1. vol. 1. Cáceres: Unemat, 2004.

SILVA, M.O .S. et al. A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In.: SANTOS, B. de S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In.: SANTOS, B. de S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Economia solidária. In CATTANI, A. D (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SOTO, O. N. La economía popular asociativa y autogestionaria. 2 ed. Manáguas: CIPRES, 1996.

TEIXEIRA, P. P. A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TOURTIER-BONAZZI, C. de. Arquivos: propostas metodológicas. In.: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (orgs.), Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil, Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

VAITSMAN, J. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: MURARO, R.M. & PUPPIN, A.B.(org). Mulher, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001,

VOLÓMAN, D. A invenção do depoimento oral. In.: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (orgs.), Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Identificação

Nome:

Idade:

Estado Civil:

() solteira () casada () divorciada () união estável () outro. Qual _____

Raça/Etnia (auto-declaração)

branca () indígena () parda () preta () outros () _____

Tem filhos?

() Sim. Quantos? 1 () 2 () 3 () 4 () mais de 4 ()

() Não

Nível educacional

() ensino fundamental completo

() ensino fundamental incompleto

() ensino médio completo

() ensino médio incompleto

() ensino superior completo

() ensino superior incompleto

2. Exercia alguma atividade remunerada antes de se inserir no grupo Oficina do Pão? Qual?

3. O que motivou sua participação em movimentos sociais ou no grupo Oficina do Pão?

4. Há quanto tempo participa de movimentos sociais? E neste grupo? Passou a participar de movimentos depois que entrou no grupo Oficina do Pão?

Movimentos sociais

() 1 a 3 anos

() 3 a 6 anos

() 6 a 9 anos

() acima de 9 anos. Quantos? _____

Grupo Oficina

() 1 a 3 anos

() 3 a 6 anos

() 6 a 9 anos

() acima de 9 anos. Quantos? _____

5. O que mudou na **sua vida** após o envolvimento com a economia solidária :
vida social

vida econômica

vida familiar

6. O que o grupo Oficina do Pão representa para você?

7. Como seu marido trata (lida com) sua participação no grupo ?

8. Há divisão de responsabilidades nas tarefas domésticas? Por que? Mudou após a participação no grupo?

() sim

() não.

9. Como você avalia o retorno financeiro?

GRUPO FOCAL

1. O que significa solidariedade?

2. Como é a sua participação nos espaços políticos? antes e depois

3. Como é a sua participação na vida em família? antes e depois.

4. O que você pensa sobre políticas públicas para economia solidária?

5. Qual o significado do grupo em sua vida? O grupo mudou? Em que?

6. Que mudanças você identifica em sua auto-estima?

7. Qual o papel da mulher hoje? Aspectos positivos e negativos

8. Você se considera autônoma, independente?

ANEXO II

Universidade Federal Fluminense
Pro-Reitoria de Extensão
Departamento de Serviço Social de Niterói
Mestrado em Política Social

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, vinculado(a) à _____ fui informado(a) a respeito do projeto de pesquisa “Metendo a mão na massa: uma experiência de economia solidária em Imbariê”, que está sendo desenvolvido através do curso de Mestrado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Fui informado(a) também que:

- a- Este projeto tem como objetivo analisar a trajetória de mulheres membros do grupo Oficina do Pão e verificar se a economia solidária contribui de forma significativa ou não para composição da renda familiar e para alterações no papel de gênero.
- b- Minha participação consistirá em responder a um formulário sobre a minha participação em movimentos sociais, bem como no grupo de produção Oficina do Pão.
- c- Essas informações irão constituir as análises da dissertação, podendo ser divulgadas publicamente.
- d- Posso não aceitar participar do projeto, ou desistir da participação em qualquer momento mediante comunicação escrita anterior ao prazo de defesa da dissertação (agosto de 2007).
- e- Qualquer dúvida posso ser esclarecido(a) no ato da pesquisa com o (a) pesquisador(a).

Declaro que li o texto acima, entendendo os objetivos e condições de participação no projeto: “Metendo a mão na massa: uma experiência de economia solidária em Imbariê”, e aceito participar, de forma livre e esclarecida.

Niterói, _____ de _____ de 2007.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO III

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
SENAES/MTE

APRESENTAÇÃO:

**PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
DESENVOLVIMENTO**

INTRODUÇÃO

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - foi criada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - em junho de 2003 e ao longo do ano desenvolveu ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais.

2004 foi o primeiro ano em que a SENAES contou com orçamento próprio. Neste contexto teve como desafio a implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e a institucionalização dos procedimentos de execução de suas políticas e dos recursos orçamentários disponíveis. Foi um ano de experimentação, onde a partir das demandas apresentadas pela sociedade civil e pelas políticas do Governo Federal, a SENAES ampliou a esfera de suas ações e experimentou diferentes instrumentos para o desenvolvimento de sua política e realização de seus objetivos.

A experiência de 2004 nos permite, a partir de 2005, amadurecer algumas políticas, definir prioridades e consolidar instrumentos que levem ao fortalecimento da economia solidária no Brasil.

A elaboração do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e a definição de suas ações e prioridades para 2005 e 2006 expressam a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o diálogo com a sociedade civil, a inserção da Secretaria no Ministério do Trabalho e Emprego e a articulação com as demais políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos.

Este texto pretende dar visibilidade ao Programa, suas diretrizes estratégicas, objetivos e ações prioritárias aos diferentes sujeitos sociais envolvidos com a economia solidária – sejam empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio à economia solidária, gestores públicos de todas as esferas governamentais, trabalhadores e trabalhadoras e interessados em geral - na sua aproximação e diálogo com a Política Federal de Economia Solidária.

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO**

O Programa *Economia Solidária em Desenvolvimento* tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Assim, está relacionado com os objetivos da política setorial do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, "crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais", ao desenvolver políticas de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão.

A Economia Solidária tem-se mostrado um importante instrumento de combate à pobreza e geradora de inclusão social, tendo-se constituído em política transversal no interior do Governo Federal.

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo, nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional da relação de trabalho capitalista. O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Na Economia Solidária encontramos milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São iniciativas de Organizações Não Governamentais voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores, organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

Esta nova realidade do mundo do trabalho contribui, de forma significativa, para o surgimento de novos sujeitos sociais e para a construção de novos espaços institucionais.

Neste contexto, o Ministério do Trabalho e Emprego assume, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores.

Políticas de geração de renda para a inclusão daqueles menos favorecidos na sociedade, a fim de que exerçam a cidadania com dignidade, têm, obrigatoriamente, que levar em consideração, em níveis iguais de importância, tanto o emprego quanto a relação de trabalho que não patrão-empregado.

É propósito da SENAES, em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, combater a desigualdade e a exclusão social mediante a operacionalização do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Para cumprir seu objetivo o Programa busca ainda integrar e articular diversas políticas que vem sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, além de criar instrumentos para potencializá-las. Exemplificando ressaltamos: com o Ministério do Desenvolvimento Social, articulando-se com os Programas Fome Zero, Bolsa-Família e com a Política Nacional de Assistência Social; com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e da Secretaria de Agricultura Familiar; com as Secretarias Especiais de Pesca e Aqüicultura e de Promoção da Igualdade Racial, entre outros.

Para operacionalizar estas ações e como estratégias de implantação de suas Políticas, a SENAES/MTE trabalha em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com a qual firmou convênio para desenvolver o Programa Trabalho e Cidadania. Através deste Programa a SENAES tem realizado parcerias com entidades da sociedade civil ligadas à Economia Solidária e que auxiliam na implantação da política. Além disso, a SENAES firma parcerias diretas com entidades da economia solidária e Governos Estaduais e Municipais para implantar e operacionalizar suas ações.



Nossa História

Nossa história começa em 1999 com a falta de oportunidades para as mulheres moradoras de Imbariê, 3º distrito de Duque de Caxias da Baixada Fluminense - RJ. Com idade acima de 30 anos, muitas delas tiveram dificuldades para estudarem, e com filhos pequenos para criar, ou seja, sem inserção no mercado de Trabalho.

Tivemos a oportunidade de organizar um grupo de mulheres, no início com um projeto de formação, onde as mulheres discutiam suas realidades com um todo, resgatando sua auto estima e discutindo quais eram seus potenciais como profissionais.

No ano de 2000 começa o processo de formação que contou com as parcerias do Centro de Ação Comunitária - CEDAC e do Centro de Délessa da Vida - CDVida. Todas as mulheres que na época participavam do Grupo, fizeram um curso de panificação e definiram entre elas que seis iriam trabalhar com produção de pães artesanais, assim em 2001, é formado o grupo de Produção Comunitária OFICINA DO PÃO, que atualmente é composto de 7 membros.

Hoje estamos produzindo em espaço alugado, que apesar de não atenderem as necessidades que o grupo tem atualmente, significa um importante avanço em nossa caminhada.

Objetivos

Nosso interesse é consolidar o grupo OFICINA DO PÃO enquanto um empreendimento viável da Economia Popular solidária. O que significa para nós é poder garantir a partir do nosso trabalho, uma vida digna para nós e nossas famílias e, também contribuir para que outras Mulheres e Homens possam realizar esse sonho. Nesse sentido o grupo é consciente quanto a importância de nossa participação na vida da Comunidade (local) nos espaços político e social e as articulações nos âmbitos: Municipal, Estadual, Nacional e até Internacional.

Oferecemos café da manhã, lanche, coquetel com as opções abaixo ou de acordo com a preferência /sugestão do cliente.

Pães artesanais

- Brioche recheado
- Trança recheada
- Pão de forma/legumes
- Doces e salgados
- Pão de côco
- Bolos diversos
- Sanduíche à metro

Bebidas:

- Café
- Café com leite
- Chocolate
- Suco natural
- Refrigerante
- Vinho/caipirinha

Salgados de forno:

- Torta salgada
- Empadão
- Pastel de forno
- Empadinha
- Bolinha de Cebola

Frios:

- Queijos, salame
- Pastas
- Canapés
- Ovo de Codorna

Frutas da época



Participação:

Desse modo, acreditando ser possível a realização no dia-a-dia desse sonho coletivo, nos vemos comprometidas em fortalecer espaços como: o Fórum de Defesa dos Direitos da Mulheres de Duque de Caxias; o Fórum de Economia Popular Solidária de Duque de Caxias, o Fórum de Cooperativismo Popular do RJ; (AGP) Associação dos Grupos de Produção Comunitária; Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); e a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária (RBSES).

Cada um desses espaços tem sido de suma importância no fortalecimento do grupo, tanto no que diz respeito as questões de Gênero, como Também aquelas relacionadas a Economia Popular Solidária.

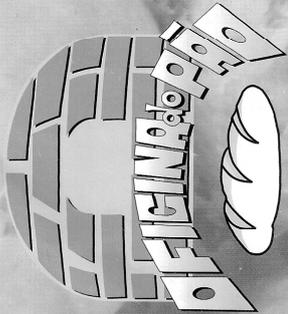
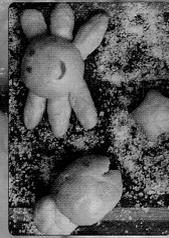
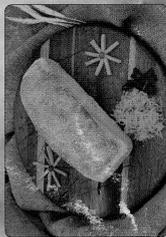
APOIO:



IMPRESSÃO:



Av.: Coronel Sisson, 250
casa 1 - fundos
Imbariê - Duque de Caxias
Tel/fax: (21) 3656-1637
(21) 9837-7013
ofpao@ig.com.br



Uma outra economia acontece!
Um outro mundo é possível, sim!

Design Ronaldo O. Cadas - Ocny - (21) 9842-5763

O CEDAC é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, fundado em abril de 1979, num contexto de luta pela redemocratização do país.

Missão

Capacitar e subsidiar os movimentos sociais urbanos para que possam gerar ações políticas e organizativas orientadas para a produção do Desenvolvimento, da Democracia e da Cidadania através de processos participativos de educação e organização popular, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e solidária.

Público Alvo

- . Organizações populares
- . Movimentos sociais
- . Pequenos empreendedores
- . Conselhos municipais
- . Educadores populares

Área de Atuação

Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas regiões: Metropolitana (Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu), Sul fluminense (Barra Mansa, Resende, Itatiaia, Pinheiral e Angra dos Reis).

Objetivos

- . Contribuir no processo de construção da democracia através da formação para a participação cidadã.
- . Promover a formação sistemática de lideranças dos movimentos sociais, para que encontrem formas de inserção sociopolítica alternativas ao atual modelo de desenvolvimento.
- . Apoiar iniciativas de grupos, associações e movimentos que visam transformar as condições de vida das classes populares, tornando-as protagonistas de um processo de desenvolvimento coletivo que garanta vida digna para todos.



Programas e Linhas de Ação

Trabalho e Cidadania

Inserido na realidade do mundo do trabalho esse programa realiza um conjunto de projetos com o objetivo de contribuir para o



desenvolvimento de uma nova dinâmica de integração socioeconômica e de reconstrução do tecido social, implementando uma política de formação e assessoria para construção de alternativas de trabalho e renda na perspectiva do desenvolvimento local. Sua atuação está estruturada em seis linhas de ação:

- 1-Serviços de Microcrédito Popular
- 2-Desenvolvimento de Organizações Econômicas Populares e Solidárias
- 3-Apoio à Comercialização
- 4-Desenvolvimento Local
- 5-Participação em Fóruns e Redes de Socioeconomia Solidária
- 6-Capacitação de Conselheiros Municipais de Emprego

Educação e Cidadania

Sua atuação está configurada em duas grandes linhas de ação:

- 1-Apoio aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil para melhor atuarem nos espaços públicos não-estatais de formulação, execução e controle de políticas públicas;
- 2-Subsidiar o poder local para melhoria das condições de elaboração e execução de políticas públicas que atendam às demandas dos segmentos populares excluídos.



O desenvolvimento dessas linhas de ação se dá através dos seguintes projetos:

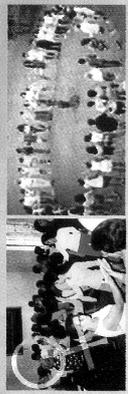
- 1-Formação de Educadores(as) de Jovens e Adultos
- 2-Formação de Educadores(as) em Educação de Crianças e Adolescentes
- 3-Formação de Trabalhadores(as)
- 4-Participação em Fóruns e Redes Temáticas Nacionais e Internacionais.

Mulher e Cidadania

Caracterizado por um forte conteúdo educativo, esse programa desenvolve projetos direcionados para a promoção da igualdade de oportunidades, melhoria da qualidade de vida e inclusão das mulheres dos setores populares nos processos de tomada de decisão como condição para o exercício da sua cidadania.

Esses projetos estruturam-se em torno das seguintes linhas de ação:

- 1-Desenvolvimento Local na Perspectiva de Gênero
- 2-Mulher, Produção Comunitária e Gênero
- 3-Gênero e Pastorais Sociais
- 4-Desenvolvimento Institucional Sob a Ótica de Gênero



Desafios

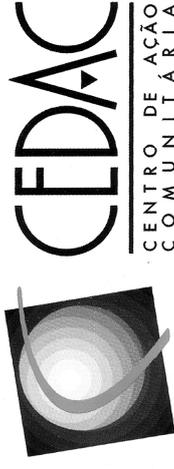
- .Promover a participação autônoma e protagonista de atores sociais em Redes, Fóruns e Conselhos de Políticas Públicas.
- .Fortalecer iniciativas dos movimentos sociais, visando a ampliação e qualificação das ações na área da educação infantil, ensino fundamental, alfabetização de jovens e adultos e formação de trabalhadores.
- .Desenvolver projetos e atividades voltadas para o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda que contribuam na construção de uma socioeconomia solidária.
- .Contribuir para a construção da equidade nas relações sociais de gênero, desenvolvendo projetos que promovam o empoderamento das mulheres do meio popular.

Participação em Fóruns e Redes

- .ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- .Fórum de Cooperativismo Popular
- .Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
- .Rede Global de Socioeconomia Solidária
- .RITS - Rede de Informações para o 3º Setor
- .RLAI - Rede Latino Americana de Alfabetização Internacional
- .DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- .Rede Mulher
- .CEAAL - Conselho de Educação de Adultos da América Latina
- .RAAAB - Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil
- .Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro
- .MEB - Movimento de Educação de Base
- .Fórum Permanente de Educação Infantil
- .Taller Permanente - A. Latina, Europa

Parceiros Internacionais

- .Entraide et Fraternité /DGCI - Direction General de la Cooperation International - Bélgica
- .CEFOC - Bélgica
- .Interchanges - Bélgica
- .Solidarité Mondiale - Bélgica
- .Vie Féminine - Bélgica
- .Volens - Bélgica
- .Belgique Brésil Solidaires - Espanha
- .CAS - Coletivos de Ação Solidária - Espanha
- .CASAL - Centro Autogestionario de Solidariedade em Área Latina - Espanha
- .Pró-Emplo - Espanha
- .CCFD - Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement - França
- .Terre Fraternelle - França
- .CEDAL - Centre d'Etude sur le Développement en Amérique Latine - França
- .CQC - Collectif Quebecois de Concientisation - Canada
- .Desenvolvimento e Paz - Canada
- .Bridderlech Delen - Luxemburgo
- .CPMT - Luxemburgo
- .Fondation Meninas et Meninos de Rua - Luxemburgo
- .MCI - Mouvement de Coopération Internationale / FGC - Federacion Gênévoise de Coopération - Suíça
- .Misereor - Alemanha
- .SACTES/DED - Alemanha
- .FDH - Frères des Hommes Europa
- .Trocaire - Irlanda
- .PET - Programa de Economia do Trabalho - Chile
- .EFIP - Equipo de Formación y Información y Publicación - Venezuela
- .União Européia/APD-Rio



CEDAC
CENTRO DE AÇÃO
COMUNITÁRIA

Produzindo Desenvolvimento Democracia e Cidadania



R. Benjamin Constant, 108, Glória CEP: 20241-150
Rio de Janeiro RJ Brasil
Inscrição Municipal: 06879010
CNPJ: 30.479.869/000121
Tel.: (21) 2509.0263 Fax (21) 2222.2527
cedac@alternex.com.br
<http://www.cedacnet.org.br>

O Centro de Defesa da Vida - CDVida é um projeto da Ação Social Paulo VI - ASPAS, que nasceu no seio da Igreja Católica da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Teve seu início em meados de agosto de 1998. Atua na área de garantia de direitos das mulheres, em questões de gênero e violência doméstica.

O trabalho se insere nas comunidades e busca agir diretamente na prevenção, defesa e garantia de direitos, na geração de renda para mulheres em situação de violência de gênero e doméstica, e se articula com instituições e movimentos sociais no sentido de exigir do Estado a criação e implantação de políticas públicas voltadas para mulheres.

Trabalhamos com os paradigmas:

Gênero e violência doméstica

Nossa Missão

Contribuir na valorização e defesa da vida, a partir das mulheres em situação de violência de gênero e doméstica, através do eixos de prevenção e formação, fomentando a disseminação de uma cultura de não violência e na construção de políticas públicas que respondam às questões de violência de gênero e doméstica.

Prevenção

Projeto Vida

Realizamos o atendimento à mulher em situação de violência doméstica, no âmbito social, psicológico e orientação jurídica, utilizando inclusive recursos comunitários.

Acompanhamos o processo das mulheres em situação de violência doméstica, na busca da sua identidade e autonomia enquanto gênero feminino.

630 mulheres foram atendidas pelo Projeto Vida de 1999 até 2003. Desse total foram realizados 823 encaminhamentos, tanto institucionais, quanto comunitários.

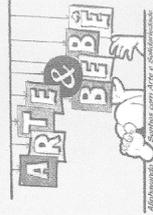
Projeto Geração de Trabalho e Renda

Assessoria a grupos de produção comunitária, formados por mulheres em situação de violência de gênero e doméstica, na perspectiva da economia solidária, através do trabalho coletivo e colocação de seus produtos no mercado, despertando a consciência de seu valor e de seus direitos enquanto mulheres, visando a melhoria da qualidade de suas vidas e das suas relações familiares.

Grupos de Produção nas comunidades:



Imbariê



Novo São Bento

Política

Articulação de Políticas Públicas

Dialogamos com instituições e movimentos sociais da sociedade civil e com o poder público através de espaços políticos para a promoção e garantia dos direitos e pela cidadania plena das mulheres, assumindo o papel de possibilitar a visibilidade da questão através, dentre outras ações, de proposições referentes às políticas públicas com recorte de gênero e violência doméstica.

Formação Política

Realizamos cursos sobre a temática da violência de gênero e doméstica, com o intuito de capacitar lideranças de comunidades católicas, de movimentos sociais, instituições da sociedade civil e do poder público, para compreender o fenômeno da violência de gênero e doméstica tanto na perspectiva da intervenção junto às mulheres em situação de violência doméstica, quanto na reflexão sobre a implantação e implementação de políticas públicas, motivando-as para a participação nos diversos espaços de mobilização social do município de Duque de Caxias.

Linhas de Ação

Prevenção a situações de violência doméstica: cursos e oficinas.

Defesa e garantia a vítimas de violência doméstica: atendimento social, psicológico e orientação jurídica, oficina de auto-estima e grupo terapêutico.

Geração de renda para mulheres em situação de violência doméstica: motivação, formação e operacionalização de Grupos de Produção.

Articulação em rede com instituições e movimentos sociais: participação em atividades, movimentos e fóruns para promoção e garantia de direitos e cidadania de mulheres vítimas de violência doméstica.

Documentação e publicações: realização de cartilhas e vídeos acerca da violência doméstica, e catalogação para utilização do público em geral de material sobre violência doméstica (livros, vídeos, textos).

Como Contribuir com o CDVida

Através de trabalho voluntário nos projetos do CDVIDA

Através da Cooperação Financeira

depositando qualquer quantia na conta no

Banco ITAÚ, n.º 52419-0, Agência 0090

Titular ASPAS CDVIDA,

CGC 28.756.146/0001-80.

Diocese de D. de Caxias e S. João de Meriti - RJ
Ação Social Paulo VI - ASPAS
Tel. (21) 3774-3903 - Fax (21) 2652-1518
E-mail: cdvida@zipmail.com.br



FOTOS



Coquetel - II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional/RJ



Grupo Oficina do Pão no Fórum de Economia Solidária de Duque de Caxias/RJ